



## APOSTILA

SEGUNDA APOSTILA AO CONTRATO Nº 81/2024-MPRO (1842062), REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA, PARA PLACAS E SISTEMAS FOTOVOLTAICOS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA NOS MUNICÍPIOS DE ARIQUEMES, COLORADO DO OESTE, SANTA LUZIA DO OESTE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ E VILHENA, EM QUE SÃO PARTES O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA E A EMPRESA VIPSEG SOLAR E SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA.

Nos autos do procedimento administrativo nº 19.25.110001123.0014417/2024-44, o Subprocurador-Geral de Justiça Administrativo, Héverton Alves de Aguiar, no exercício de suas atribuições resolve:

Expedir a presente apostila ao contrato em epígrafe, assinado em 04 de novembro de 2024, firmado entre **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA** e a sociedade empresária **VIPSEG SOLAR E SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 35.433.983/0001-34, com sede na Rua Dom, Augusto nº 1488, Complemento Sala A, Bairro Centro, na cidade de Ji-Paraná, estado de Rondônia, CEP: 76900-103, para promover a alteração da cláusula terceira - do preço, pagamento e reajuste, ante a constatação de erro material, nos termos abaixo:

### Onde lê-se:

[...]

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO, PAGAMENTO E REAJUSTE

3.1 O valor do presente contrato é de **R\$ 60.100,00** (sessenta mil e cem reais) e o pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega do objeto, com recebimento definitivo, por meio de depósito bancário em conta corrente do fornecedor e, mediante a apresentação da seguinte documentação:

[...]

### Leia-se:

[...]

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO, PAGAMENTO E REAJUSTE

3.1 O valor do presente contrato é de **R\$ 128.100,00 (cento e vinte e oito mil e cem reais), composto por R\$ 60.100,00** (sessenta mil e cem reais), referente a prestação de serviços anual, e o valor de **R\$ 68.000,00** (sessenta e oito mil reais) previsto para cobrir anualmente as despesas com aquisição de peças, conforme **Termo de Referência 65** (1729122), item **5.10**, letra "g". O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega do objeto, com recebimento definitivo, por meio de depósito bancário em conta corrente do fornecedor e, mediante a apresentação da seguinte documentação:

[...]

Ratificam-se, neste ato, todas as demais cláusulas e condições constantes no contrato original.

Porto Velho, 20 de dezembro de 2024.

(Assinado eletronicamente)

**HÉVERTON ALVES DE AGUIAR**  
Subprocurador-Geral de Justiça Administrativo  
CONTRATANTE



Documento assinado eletronicamente por **Héverton Alves De Aguiar**, Subprocurador-Geral de Justiça Administrativo, em 23/12/2024, às 13:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mpro.mp.br/verifica.php> informando o código verificador **1902438** e o código CRC **09BAA349**.





## APOSTILA

**PRIMEIRA APOSTILA AO CONTRATO Nº 81/2024-MPRO (1842062), REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA, PARA PLACAS E SISTEMAS FOTOVOLTAICOS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA NOS MUNICÍPIOS DE ARIQUEMES, COLORADO DO OESTE, SANTA LUZIA DO OESTE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ E VILHENA, EM QUE SÃO PARTES O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA E A EMPRESA VIPSEG SOLAR E SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA.**

Nos autos do procedimento administrativo nº 19.25.110001123.0014417/2024-44, o Subprocurador-Geral de Justiça Administrativo, Héverton Alves de Aguiar, no exercício de suas atribuições resolve:

Expedir a presente apostila ao contrato em epígrafe, assinado em 04 de novembro de 2024, firmado entre **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA** e a sociedade empresária **VIPSEG SOLAR E SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 35.433.983/0001-34, com sede na Rua Dom, Augusto nº 1488, Complemento Sala A, Bairro Centro, na cidade de Ji-Paraná, estado de Rondônia, CEP: 76900-103, neste ato representada por Natanael Rodrigues Godoi de Lima, brasileiro, CPF nº 25.\*\*\*.\*\*\*-03, para promover a alteração da cláusula segunda - da vigência contratual, ante a constatação de erro material, nos termos abaixo:

### Onde se Lê:

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

O prazo de vigência deste Contrato é de 12 (doze) meses, contado a partir de 01/11/2024, prorrogável por até 10 anos, na forma dos Arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

### Leia-se:

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

O prazo de vigência deste Contrato é de 12 (doze) meses, contado a partir de **04/11/2024**, prorrogável por até 10 anos, na forma dos Arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

Ratificam-se, neste ato, todas as demais cláusulas e condições constantes no contrato original.

(Assinado eletronicamente)

**HÉVERTON ALVES DE AGUIAR**  
Subprocurador-Geral de Justiça Administrativo  
CONTRATANTE

(Assinado eletronicamente)

**NATANAEL RODRIGUES GODOI DE LIMA**  
Representante legal  
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

(Assinado eletronicamente)

**Fabiana Cristovam Lima Fraga**  
Cadastro 4461-2

(Assinado eletronicamente)

**João Henrique Alves Rodrigues**  
Cadastro 5247-5



Documento assinado eletronicamente por **Héverton Alves De Aguiar**, Subprocurador-Geral de Justiça Administrativo, em 08/11/2024, às 13:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mpro.mp.br/verifica.php> informando o código verificador **1859078** e o código CRC **E1BD77A5**.





## CONTRATO Nº 81/2024-MPRO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA, PARA PLACAS E SISTEMAS FOTOVOLTAICOS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA NOS MUNICÍPIOS DE ARIQUEMES, COLORADO DO OESTE, SANTA LUZIA DO OESTE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ E VILHENA, EM QUE SÃO PARTES O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA E A EMPRESA VIPSEG SOLAR E SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA.

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA**, com sede na Av. Jamary, nº 1555, bairro Olaria, Porto Velho/RO, inscrito no CNPJ sob o nº 04.381.083/0001-67, neste ato representado por seu Subprocurador-Geral de Justiça Administrativo, Héverton Alves de Aguiar, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **VIPSEG SOLAR E SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 35.433.983/0001-34, com sede a Rua Dom, Augusto nº 1488, Complemento Sala A, Bairro Centro, na cidade de Ji-Paraná, estado de Rondônia, CEP: 76900-103, neste ato representada por Natanael Rodrigues Godoi de Lima, brasileiro, CPF nº 25.\*\*\*.\*\*\*-03, doravante denominada **CONTRATADA**, têm entre si ajustado o presente contrato **para a prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças e mão de obra, para placas e sistemas fotovoltaicos das Promotorias de Justiça nos municípios de Ariquemes, Colorado do Oeste, Santa Luzia do Oeste São Francisco do Guaporé e Vilhena**, conforme Lei Complementar nº 123/2006, Leis Federais nº 14.133/2021 e nº 12.846/2013, Lei Estadual nº 2.414/2011, Decreto Estadual nº 28.874/2024, Resoluções nº 16/2023-PGJ e nº 22/2023-PGJ, Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022 e legislações pertinentes, Processo Licitatório nº 41/2024, Pregão Eletrônico nº 90036/2024, com sessão realizada em 20/09/2024, partes integrantes deste termo, com tratativas no processo SEI nº 19.25.110001123.0005937/2024-66, mediante as cláusulas e condições a seguir:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente contrato consiste na prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças e mão de obra, para placas e sistemas fotovoltaicos das Promotorias de Justiça nos municípios de Ariquemes, Colorado do Oeste, Santa Luzia do Oeste São Francisco do Guaporé e Vilhena, para atender às necessidades do **CONTRATANTE**, conforme descrito no anexo único deste instrumento contratual.

### CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

O prazo de vigência deste Contrato é de 12(doze) meses, contado a partir de 01/11/2024, prorrogável por até 10 anos, na forma dos Arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

### CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO, PAGAMENTO E REAJUSTE

3.1 O valor do presente contrato é de **R\$ 60.100,00** (sessenta mil e cem reais) e o pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega do objeto, com recebimento definitivo, por meio de depósito bancário em conta corrente do fornecedor e, mediante a apresentação da seguinte documentação:

- a) Nota Fiscal/Fatura discriminativa, em via única, devidamente atestada;
- b) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- c) Certidão de Regularidade de FGTS;
- d) Certidão de quitação de Tributos Estaduais e Municipais, do domicílio ou sede da **CONTRATADA**;
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

3.1.1 Para fins do disposto neste subitem serão admitidas certidões positivas com efeito de negativa.

3.1.2 As certidões previstas nas letras “b” a “e” desta cláusula poderão ser consultadas pelo **CONTRATANTE**, por meio da internet.

3.2 Caso a **CONTRATADA** se encontre pendente de liquidação de qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a Administração poderá rescindir o contrato.

3.3 A **CONTRATADA** fica obrigada a consignar o número da inscrição do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia – TCE/RO junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ - 04.801.221/0001-10) na Nota Fiscal eletrônica (NF-e), conforme exigência da Lei Estadual nº 3.490/ 2014.

3.3.1 A inscrição do CNPJ do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia pode ser incluída no campo "Observações" ou "Dados Adicionais/Informações Complementares" da Nota Fiscal.

3.4 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

**EM** = Encargos moratórios;

**N** = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

**VP** = Valor da parcela a ser paga.

$I = \text{Índice de compensação financeira} = 0,00032876$ , assim apurado:

$I = \frac{(TX)}{365} I = \frac{(12/100)}{365} I = 0,00032876$

$TX = \text{Percentual da taxa anual} = 12\%$ .

3.5 Em caso de não aprovação da Nota Fiscal, por motivo de incorreção, rasuras ou imprecisão, será ela devolvida à **CONTRATADA** para a devida regularização, caso em que o prazo referido no subitem 3.1 deste Contrato passará a fluir após a reapresentação da Nota Fiscal devidamente corrigida.

3.6 Em **nenhuma hipótese** o **CONTRATANTE** efetuará pagamento de serviços não executados.

3.7 Os serviços executados que não tenham sido autorizados por meio de Ordem de Serviço **não serão considerados para fins de pagamento**.

3.8 Serão descontados os valores dos insumos não empregados, não aplicados ou não utilizados na execução dos serviços previstos na planilha orçamentária autorizada.

3.9 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes ao serviço ou, ainda, circunstância de responsabilidade da empresa que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que sejam providenciadas as medidas saneadoras, iniciando-se a contagem do prazo após a regularização das pendências.

3.9.1 Na hipótese de irregularidade na documentação, a empresa deverá regularizar a sua situação no prazo de até 3 (três) dias úteis.

3.10 Sobre o valor devido à **CONTRATADA**, o **CONTRATANTE** efetuará a retenção dos tributos, contribuições e taxas conforme estabelecido na legislação.

3.10.1 A empresa regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, ficando o pagamento, no entanto condicionado à apresentação de comprovação por meio de documento oficial de que faz jus ao tratamento tributário previsto na referida lei.

3.10.2 O **CONTRATANTE** deduzirá do montante a ser pago os valores correspondentes às multas e/ou indenizações devidas pela empresa.

3.10.3 O desconto de qualquer valor no pagamento devido à empresa será precedido de procedimento administrativo em que será garantido o contraditório e a ampla defesa, com os recursos e meios que lhes são inerentes.

3.11 É vedado à empresa transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes da formalização de instrumento contratual.

#### CLÁUSULA QUARTA - DAS GARANTIAS

4.1 Fica a **CONTRATADA** obrigada a prestar garantia, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, em uma das modalidades previstas no § 1º do citado artigo, ficando retida até o término dos serviços.

4.2 Caberá à **CONTRATADA** optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

b) seguro-garantia;

c) fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;

d) Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

4.3 Caso opte por uma das modalidades previstas nas letras “a” e “c” do subitem 4.2, a **CONTRATADA** deverá prestar a respectiva garantia no prazo de 15 (quinze) dias a partir do recebimento da Ordem de Serviço ou Nota de Empenho.

4.4 Caso opte pela modalidade prevista na letra “b” do subitem 4.2, a **CONTRATADA** deverá prestar a respectiva garantia no prazo de 01 (um) mês contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, conforme previsto no artigo 96, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.

4.5 Para todos os serviços realizados, a garantia mínima será de 90 (noventa) dias e, ocorrendo reincidência do mesmo problema dentro desse prazo, a empresa deverá realizar nova manutenção sem custos para o **CONTRATANTE**.

4.5.1 Para as peças substituídas, a garantia mínima será aquela prevista na Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) ou a ofertada pelo fabricante da peça, prevalecendo o prazo de garantia que for maior.

4.6 É de responsabilidade da **CONTRATADA** a substituição das peças que foram utilizadas e que não atenderem as especificações do equipamento mantido ou que apresentarem defeito de fabricação sem custos adicionais para o **CONTRATANTE**.

4.7 O prazo de garantia contratual dos bens será de, no mínimo, 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto. Todos os custos inerentes à assistência técnica em garantia serão de responsabilidade da **CONTRATADA**.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução do presente Processo Licitatório correrão pelo seguinte Programa de Trabalho:

29.001.03.122.1280.2002 - Gerenciar e Manter as Ações Administrativas do MPRO.

Natureza de Despesa: **33.90.39.17**.

Nota de Empenho SIGEF 2024NE002379 (1851826).

#### CLÁUSULA SEXTA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

6.1 A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar os acréscimos e supressões que o **CONTRATANTE**, a seu critério e de acordo com sua disponibilidade orçamentária e financeira, determinar, no valor inicial atualizado do objeto adjudicado, respeitado o limite de até 25% (vinte e cinco por cento) previsto no artigo 125 da Lei nº 14.133/2021.

6.1.2 Fica facultada a supressão além do limite aqui previsto, mediante acordo entre as partes, através de aditamento.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 7.1 As obrigações do **CONTRATANTE**, são aquelas previstas no item 10.1 do ANEXO IV – Termo de Referência do Edital nº (1790110), bem como no item 20.3 do mesmo Edital, abaixo transcritas:
- 7.1.1 Publicar no Diário Eletrônico do MPRO o extrato da contratação;
  - 7.1.2 Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução do objeto;
  - 7.1.3 Prestar informações e esclarecimentos solicitados pela contratada através de seus representantes legais;
  - 7.1.4 Notificar a contratada sobre toda e qualquer ocorrência relacionada com a contratação e quaisquer falhas ocorridas, para a imediata adoção das providências de saneamento;
  - 7.1.5 Efetuar o pagamento da Nota Fiscal no prazo avençado, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências contratuais;
  - 7.1.6 Deduzir e recolher na fonte os tributos pertinentes sobre os pagamentos efetuados à contratada;
  - 7.1.7 Decidir sobre eventuais alterações necessárias acerca da contratação, nos limites permitidos por lei, para melhor adequação de seu objeto;
  - 7.1.8 Colocar à disposição da contratada os elementos e informações necessários à execução do objeto;
  - 7.1.9 Receber o objeto e atestar a sua Nota Fiscal correspondente, na forma estabelecida neste Termo de Referência;
  - 7.1.10 Acompanhar, supervisionar e fiscalizar os trabalhos desenvolvidos pela contratada para execução do objeto.

**CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 8.1 As obrigações da **CONTRATADA** são aquelas previstas no item 10.2 do ANEXO IV – Termo de Referência do Edital nº (1790110), bem como no item 20.1 do mesmo Edital, abaixo transcritas:
- 8.1.1 Cumprir rigorosamente todas as condições e obrigações estabelecidas neste Termo de Referência e/ou qualquer instrumento dele advindo;
  - 8.1.2 Entregar/executar o objeto conforme discriminado em sua proposta, de acordo com as especificações e condições exigidas na cotação, e substituindo qualquer item que, a juízo do MPRO, não esteja de acordo com o ajustado;
  - 8.1.3 Manter, durante o período da contratação, as condições de habilitação e qualificação exigidas quando da elaboração da proposta;
  - 8.1.4 Assumir a responsabilidade pelo pagamento dos tributos e encargos resultantes da execução do objeto;
  - 8.1.5 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo MPRO, solucionando de imediato todas as ocorrências relacionadas ao objeto;
  - 8.1.6 Prestar assistência técnica, às suas expensas, durante todo o período de garantia do objeto, quando couber;
  - 8.1.7 Assumir inteira responsabilidade por quaisquer eventuais danos ou prejuízos causados ao MPRO ou a terceiros no cumprimento do objeto;
  - 8.1.8 Sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização, por parte do MPRO, prestando todos os esclarecimentos solicitados acerca da execução do objeto;
  - 8.1.9 Comunicar ao MPRO, por escrito, quaisquer anormalidades ocorridas durante a execução do objeto e prestar os esclarecimentos solicitados;
  - 8.1.10 Cumprir os prazos previamente estabelecidos pelo MPRO para a execução, reparo, correção, remoção, substituição ou ressarcimento de bens e/ou serviços do objeto.

**CLÁUSULA NONA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 9.1 No processo de aplicação de sanções, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, facultada defesa prévia do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da respectiva intimação.
- 9.2 Pela prática de infrações administrativas, o **CONTRATANTE** poderá, nos termos do artigo 156 da Lei nº 14.133/2021, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa, aplicar à **CONTRATADA** as seguintes sanções:
- a) advertência;
  - b) multa;
  - c) impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública do Estado de Rondônia;
  - d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 9.2.1 A sanção de advertência será aplicada exclusivamente quando a **CONTRATADA** der causa à inexecução parcial do contrato.
- 9.3 A **CONTRATADA** que der causa à inexecução parcial do contrato também estará sujeito à multa de mora de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso, limitado a 30 (trinta) dias, sobre o valor do contrato, a qual será recolhida no prazo máximo de quinze dias, uma vez comunicada oficialmente.
- 9.3.2 Transcorrido o prazo máximo de 30 (trinta) dias de atraso, o **CONTRATANTE** poderá extinguir o contrato.
- 9.4 Na hipótese da **CONTRATADA** praticar quaisquer das infrações abaixo discriminadas, o **CONTRATANTE** poderá, garantido à **CONTRATADA** a ampla defesa e o contraditório, aplicar multa de 0,80% (oito décimos por cento) até o máximo de 2,00% (dois por cento), conforme tabelas a seguir:

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,80%
2	1,00%
3	1,50%
4	2,00%

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
------	-----------------------	------	------------

01	Atrasar o início da prestação de serviço conforme cronograma de atividades.	4	Por dia
02	Deixar de fornecer os insumos necessários a execução do serviço autorizado.	3	Por dia
03	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	4	Por ocorrência
04	Deixar de executar ou não executar no período previsto, qualquer serviço de manutenção.	4	Por ocorrência
05	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais.	4	Por dia e por unidade de atendimento
06	Manter empregado sem qualificação para executar os serviços contratados.	3	Por empregado e por dia
07	Permitir a presença de empregado que não tenha sido previamente identificado pelo MP/RO, sem uniforme e/ou sem crachá.	3	Por empregado e por ocorrência
08	Não executar serviço determinado pela fiscalização.	3	Por serviço e por dia
09	Deixar de prestar manutenção aos equipamentos e seus acessórios.	2	Por item e por dia
10	Deixar de fornecer Equipamentos de Proteção Individual – EPIs aos seus empregados e de exigir sua utilização na forma da legislação vigente.	2	Por empregado e por ocorrência
11	Deixar de cumprir quaisquer obrigações constantes no Edital e seus anexos não previstas nesta tabela de multas.	2	Por item e por ocorrência
12	Deixar de responder as Comunicações de Ocorrência	1	Por ocorrência e por dia.

9.5 Será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total, ou em caso de negativa de assinatura do termo contratual por parte da **CONTRATADA**, a ser recolhida no prazo de quinze dias, contado da comunicação oficial

9.6 A **CONTRATADA** que der causa à inexecução total ou parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; não entregar a documentação exigida neste Edital; não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, no âmbito do Estado de Rondônia, pelo prazo de até 03 (três) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas neste Edital e cominações legais aplicáveis

9.7 A declaração de inidoneidade será aplicada quando constatada má-fé, ação maliciosa e premeditada em prejuízo do **CONTRATANTE**, atuação com interesses escusos, reincidência em faltas que acarretem prejuízo ao **CONTRATANTE** ou aplicações anteriores de sucessivas outras sanções, implicando proibição da **CONTRATADA** penalizada de transacionar com a Administração Pública, podendo ainda ser aplicada, dentre outros casos, quando:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;
- e) demonstrar, a qualquer tempo, não possuir idoneidade para licitar ou contratar com o **CONTRATANTE**, em virtude de atos ilícitos praticados;
- f) reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão da execução do objeto, sem consentimento prévio do **CONTRATANTE**;
- g) houver ocorrência de ato capitulado como crime pela Lei nº 14.133/2021, praticado durante o procedimento licitatório, que venha ao conhecimento do **CONTRATANTE** após a assinatura do contrato;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

9.7.1 A declaração de inidoneidade também será aplicada na ocorrência das infrações previstas no subitem 9.7 deste Contrato, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar.

9.7.2 A declaração de inidoneidade impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

9.7.3 As sanções estabelecidas nas letras “a”, “b” e “c” do subitem 9.2 deste Contrato são da competência do Secretário-Geral do MPRO.

9.7.4 A sanção estabelecida na letra “d” do subitem 9.2 deste Contrato é da competência do Procurador-Geral do MPRO, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis da abertura de vista.

9.7.5 A aplicação das sanções previstas nas letras “c” e “d” do subitem 9.2 deste Contrato requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 02 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará a **CONTRATADA** para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.8 Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, a **CONTRATADA** poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

9.9 Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

9.10 É admitida a reabilitação da **CONTRATADA** perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da

aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste subitem.

9.11 A sanção aplicada por apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou por prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato, bem como pela prática de ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846/2013, exigirá, como condição de reabilitação da **CONTRATADA**, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

9.12 As sanções de multa podem ser aplicadas juntamente com a de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, descontando-a do pagamento a ser efetuado.

9.13 O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a **CONTRATADA** fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da **CONTRATADA** o valor devido será abatido da garantia, quando houver. Sendo a garantia insuficiente, o valor será cobrado administrativa e/ou judicialmente.

9.14 As sanções serão obrigatoriamente registradas no SICAF e no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep).

9.15 Serão remetidas cópias dos processos administrativos dos fornecedores que sofrerem sanção administrativa passível da inserção no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual à Controladoria Geral do Estado de Rondônia, nos termos da Lei nº 2.414/2011.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO**

Reserva-se ao **CONTRATANTE** o direito de revogar o presente contrato em razão de interesse público decorrente de fato superveniente, relacionado ao objeto contratado.

Parágrafo único. O presente contrato poderá ser anulado, no todo ou em parte, a qualquer tempo, pela simples constatação de fato superveniente, no caso de surgimento de vícios insanáveis, fato que não gerará direito a indenização, salvo se verificada a hipótese do artigo 149, da Lei nº 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO**

O contrato poderá ser extinto na forma e na ocorrência de qualquer das hipóteses dos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - REQUISITOS DE SEGURANÇA E PRIVACIDADE**

12.1 A **CONTRATADA** se compromete a manter sob sigilo as informações repassadas pelo **CONTRATANTE**. Ademais, a **CONTRATADA** é integralmente responsável pela manutenção de sigilo sobre quaisquer dados e informações fornecidas pelo **CONTRATANTE**.

12.2 A **CONTRATADA** não poderá divulgar quaisquer informações a que tenha acesso em virtude dos trabalhos a serem executados ou de que tenha tomado conhecimento em decorrência da execução do objeto do contrato, sem autorização, por escrito, do **CONTRATANTE**, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, além do pagamento de indenização por perdas e danos.

12.3 A **CONTRATADA** deverá responsabilizar-se junto a seus empregados e prestadores de serviços, o compromisso de não divulgar, não reproduzir e não utilizar nenhum assunto tratado ou produto resultante do objeto deste Contrato, bem como estar ciente de que a estrutura computacional do **CONTRATANTE** não poderá ser utilizada para fins diversos daqueles do objeto relacionado à execução dos serviços.

12.4 A **CONTRATADA** deverá assinar e entregar ao **CONTRATANTE**, após celebração do Contrato, **Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo**, conforme modelo apresentado no **Anexo II** deste Contrato.

12.5 O acesso físico aos equipamentos dentro do ambiente do **CONTRATANTE** deverá ser realizado por um técnico devidamente identificado e uniformizado.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO**

O **CONTRATANTE** fará publicar no Diário Eletrônico do Ministério Público de Rondônia o resumo do presente contrato, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES**

Para todos os efeitos, independentemente de transcrição, integram o presente contrato o Edital nº 1790110/2024/CPL (1790110), relativo ao Processo licitatório nº 41/2024 (19.25.110001123.0005937/2024-66), incluindo todos os seus anexos; Termo de Referência 65 (1729122) (anexo ao Edital); a proposta vencedora, as atas de abertura e julgamento da documentação e das propostas, o instrumento legal que outorga poderes ao representante da **CONTRATADA**, bem como a Minuta Contratual (1785075) e o Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo anexo a este contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS**

Os casos não previstos expressamente neste Contrato serão dirimidos por acordo entre as partes, nos termos da Lei nº 14.133/2021, e na ausência de previsão deste diploma legal valerão as regras de contratos do direito privado, conforme expresso no art. 89 daquele instrumento normativo.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO**

Fica eleito o foro de Porto Velho/RO, preterido qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas deste Contrato.

Assim ajustadas, mediante assinatura digital pelas partes e por 2 (duas) testemunhas.

(Assinado eletronicamente)  
**HÉVERTON ALVES DE AGUIAR**  
Subprocurador-Geral de Justiça Administrativo  
CONTRATANTE

(Assinado eletronicamente)  
**NATANAEL RODRIGUES GODOI DE LIMA**  
Representante legal  
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

(Assinado eletronicamente)  
**Fabiana Cristovam Lima Fraga**  
Cadastro 4461-2

(Assinado eletronicamente)  
**João Henrique Alves Rodrigues**  
Cadastro 5247-5

ANEXO I

Processo Licitatório nº 41/2024  
Pregão Eletrônico nº 90036/2024

GRUPO 01					
Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
01	VIPSEG SOLAR E SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA CNPJ 35.433.983/0001-34	Serviço	02	R\$ 3.800,00	R\$ 7.600,00
02		Serviço	01	R\$ 4.000,00	R\$ 4.000,00
03		Serviço	02	R\$ 3.800,00	R\$ 7.600,00
04		Serviço	01	R\$ 3.200,00	R\$ 3.200,00
05		Serviço	02	R\$ 3.800,00	R\$ 7.600,00
06		Serviço	01	R\$ 2.100,00	R\$ 2.100,00
07		Serviço	02	R\$ 3.800,00	R\$ 7.600,00
08		Serviço	01	R\$ 2.100,00	R\$ 2.100,00
09		Serviço	02	R\$ 7.000,00	R\$ 14.000,00
10		Serviço	01	R\$ 4.300,00	R\$ 4.300,00
Valor TOTAL DO GRUPO 01					R\$ 60.100,00

ANEXO II

TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO

Pelo presente instrumento o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA**, sediado em Porto Velho /RO, CNPJ nº 04.381.083/0001-67, doravante denominado **CONTRATANTE**, e **VIPSEG SOLAR E SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 35.433.983/0001-34, com sede a Rua Dom, Augusto nº 1488, Complemento Sala A, Bairro Centro, na cidade de Ji-Paraná, estado de Rondônia, CEP: 76900-103, neste ato representada por Natanael Rodrigues Godoi de Lima, brasileiro, CPF nº 25.\*\*\*.\*\*\*-03, doravante denominada **CONTRATADA**,

CONSIDERANDO que, em razão do CONTRATO Nº 81/2024 MPRO, doravante denominado CONTRATO PRINCIPAL, a CONTRATADA poderá ter acesso a informações sigilosas do CONTRATANTE;

CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção;

RESOLVEM celebrar o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO, doravante **TERMO**, vinculado ao CONTRATO PRINCIPAL, mediante as seguintes cláusulas e condições abaixo discriminadas.

1 OBJETO

Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela **CONTRATADA**, no que diz respeito ao trato de informações sigilosas disponibilizadas pela CONTRATANTE e a observância às normas de segurança da informação e privacidade por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõem a Lei 12.527/2011, Lei nº 13.709/2018, e os Decretos 7.724/2012, e 7.845/2012, que regulamentam os procedimentos para acesso e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo.

2 CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

2.1 **INFORMAÇÃO:** dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.

2.2 **INFORMAÇÃO SIGILOSA:** aquela submetida temporariamente a restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado, e aquela abrangida pelas demais hipóteses legais de sigilo.

2.3 **CONTRATO PRINCIPAL:** contrato celebrado entre as partes, ao qual este TERMO se vincula.

### 3 DA INFORMAÇÃO SIGILOSA

Serão consideradas como informação sigilosa toda e qualquer informação classificada ou não nos graus de sigilo ultrassecreto, secreto e reservado. O TERMO abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional, em qualquer nível ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando, a: know-how, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades da CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao CONTRATO PRINCIPAL, doravante denominados **INFORMAÇÕES**, a que diretamente ou pelos seus empregados, a CONTRATADA venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes.

### 4 DOS LIMITES DO SIGILO

As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às **INFORMAÇÕES** que:

4.1 Sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, exceto se tal fato decorrer de ato ou omissão da CONTRATADA;

4.2 Tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;

4.3 Sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

### 5 DIREITOS E OBRIGAÇÕES

5.1 As partes se comprometem a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas **INFORMAÇÕES**, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO PRINCIPAL.

5.2 A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento prévio e expresso da CONTRATANTE.

5.3 A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

5.3.1 A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência à CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.

5.4 CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa da CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pela CONTRATANTE.

5.5 Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

5.5.1 Quando requeridas, as **INFORMAÇÕES** deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

5.6 A CONTRATADA obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados, contratados e subcontratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à CONTRATADA, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do CONTRATO PRINCIPAL.

5.7 A CONTRATADA, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

5.7.1 Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das **INFORMAÇÕES**, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;

5.7.2 Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmos judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das **INFORMAÇÕES** por seus agentes, representantes ou por terceiros;

5.7.3 Comunicar à CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das **INFORMAÇÕES**, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e

5.7.4 Identificar as pessoas que, em nome da CONTRATADA, terão acesso às informações sigilosas.

### 6 VIGÊNCIA

O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a CONTRATADA teve acesso em razão do CONTRATO PRINCIPAL.

### 7 PENALIDADES

7.1 A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das **INFORMAÇÕES**, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades



previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO PRINCIPAL firmado entre as PARTES.

7.2 Neste caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme previsto nos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021.

## 8 DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 Este TERMO de Confidencialidade é parte integrante e inseparável do CONTRATO PRINCIPAL.

8.2 Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa-fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

8.3 O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.

8.4 Ao assinar o presente instrumento, a CONTRATADA manifesta sua concordância no sentido de que:

8.4.1 A CONTRATANTE terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da CONTRATADA;

8.4.2 A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pela CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao CONTRATO PRINCIPAL.

8.4.3 A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;

8.4.4 Todas as condições, termos e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;

8.4.5 O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante TERMO aditivo firmado pelas partes;

8.4.6 Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a CONTRATADA não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;

8.4.7 O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações, conforme definição do item 3 deste documento, disponibilizadas para a CONTRATADA, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização de TERMO aditivo ao CONTRATO PRINCIPAL;

8.4.8 Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar INFORMAÇÕES para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

## 9 FORO

A CONTRATANTE elege o foro da Cidade de Porto Velho, onde está localizada a sede da CONTRATANTE, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

## 10 ASSINATURAS

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO é assinado pelas partes em 2 vias de igual teor e um só efeito.

Porto Velho, 1º de novembro de 2024.



Documento assinado eletronicamente por **NATANAEL RODRIGUES GODOI DE LIMA, Usuário Externo**, em 02/11/2024, às 09:23, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Héverton Alves De Aguiar, Subprocurador-Geral de Justiça Administrativo**, em 04/11/2024, às 16:30, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Fabiana Cristovam Lima Fraga, Assessora Jurídica**, em 05/11/2024, às 07:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **João Henrique Alves Rodrigues, Assessor Jurídico**, em 05/11/2024, às 08:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mpro.mp.br/verifica.php> informando o código verificador **1842062** e o código CRC **CBC2D6B3**.







TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ



CONTRATO Nº 24 / 2024

Contrato de prestação de serviços, que entre si fazem o Tribunal Regional Eleitoral do Amapá e a Empresa R. S. BENATHAR LTDA (Grupo RSB).

**CONTRATANTE:** A União, por intermédio do **Tribunal Regional Eleitoral do Amapá**, com sede na Av. Mendonça Júnior, 1502, Centro, Macapá-AP, CEP 68.900-914, inscrito no CNPJ nº 34.927.343/0001-18, representado pelo senhor **FRANCISCO VALENTIM MAIA**, CPF nº xxx.651.522-xx, no uso de suas atribuições legais.

**CONTRATADA:** A empresa **R. S. BENATHAR LTDA (Grupo RSB)**, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 13.261.910/0001-70, estabelecida na Cidade de Macapá (AP), Conjunto Residencial TELEAMAPÁ, Avenida Dois, 244, Jardim Marco Zero, CEP 68.903-355, Telefone comercial nº 96 98129-0925, representada legalmente pelo senhor **RENATO SILVA BENATHAR**, portador do CPF nº xxx.845.442-xx.

Tendo em vista o que consta no **PA SEI nº 0001699-55.2024.6.03.8000**, e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 90019/2024**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO ([art. 92, I e II](#))

**1.1** O objeto do presente instrumento é a **prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em sistemas de energia solar fotovoltaica nas dependências das edificações do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá e Cartórios Eleitorais. CATSER: 19747 - Instalação / Manutenção - Energia Solar Fotovoltaica**, nos termos da tabela abaixo, e nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

**1.2** Objeto da contratação:

Item	Local	Descrição	UNIDADE	QTDE ANUAL
1	Sede do TRE - Macapá/AP	Manutenção em sistema de geração de 155 kW; 470 módulos JPA6(K) Solar ; 2 Inversores SUNGROW 60 kW; 1 Inversor SUNGROW 12 KW; com fornecimento dos insumos, mão de obra especializada e despesas com alimentação e deslocamento	UNID	3

2	10ª Zona Eleitoral - Macapá	Manutenção em sistema de geração 150 kW; 531 módulos; 3 inversores 50 kW ABB; com fornecimento dos insumos, mão de obra especializada e despesas com alimentação e deslocamento.	UNID	3
3	6ª Zona Eleitoral – Santana/AP	Manutenção em sistema microgeração fotovoltaica 60K Wp, com 180 módulos solares 325 Wp Sunedison em 4 arranjos e 1 inversor Sungrow 60 kW; com fornecimento dos insumos, mão de obra especializada e despesas com alimentação e deslocamento	UNID	3
4	1ª Zona Eleitoral – Amapá/AP	Manutenção em sistema microgeração 12 kWp, 37 módulos solares 325 Wp Sunedison em 4 arranjos e 2 inversores Serrana 5 kW; com fornecimento dos insumos, mão de obra especializada e despesas com alimentação e deslocamento	UNID	3
5	7ª Zona Eleitoral – Laranjal do Jari	Manutenção em sistema microgeração fotovoltaica 12 kWp, com 37 módulos solares 325 Wp; inversor Serrana 5 kW; com fornecimento dos insumos, mão de obra especializada e despesas com alimentação e deslocamento	UNID	3
6	7ª Zona Eleitoral - Vitória do Jari	Manutenção em sistema microgeração fotovoltaica 12K Wp, com 37 módulos solares 325 Wp Sunedison em 4 arranjos e 2 inversores SunGrow 5 kW; com fornecimento dos insumos, mão de obra especializada e despesas com alimentação e deslocamento	UNID	3
7	8ª Zona Eleitoral - Tartarugalzinho	Manutenção em sistema microgeração 12K Wp, com 37 módulos solares 325 Wp Sunedison em 4 arranjos e 2 inversores Serrana 5 kW; com fornecimento dos insumos, mão de obra especializada e despesas com alimentação e deslocamento	UNID	3
8	12ª Zona Eleitoral - Porto Grande	Manutenção em sistema microgeração fotovoltaica 12K Wp, com 37 módulos solares 325 Wp Sunedison em 4 arranjos e 1 inversor Serrana 5 kW; 1 inversor ThinkPower 6 kW; com fornecimento dos insumos, mão de obra especializada e despesas com alimentação e deslocamento	UNID	3
9	12ª Zona Eleitoral – Ferreira Gomes	Manutenção em sistema microgeração fotovoltaica 12K Wp, com 37 módulos solares 325 Wp Sunedison em 4 arranjos e 2 inversores Serrana 5 kW; fornecimento dos insumos, mão de obra especializada e despesas com alimentação e deslocamento	UNID	3
10	TODAS AS UNIDADES	Estimativa de reposição de peças anual, SE NECESSÁRIO, para manutenção corretiva sistema de geração fotovoltaica - ESTE ITEM NÃO ESTÁ SUJEITO A LANCES	UNID	1

11	TODAS AS UNIDADES	Estimativa de serviços terceirizados, SE NECESSÁRIO, para manutenção corretiva sistema de geração fotovoltaica - ESTE ITEM NÃO ESTÁ SUJEITO A LANCES	UNID	1
12	TODAS AS UNIDADES	Engenheiro Eletricista (somente em casos de chamados de manutenção corretiva)	Horas	30
13	TODAS AS UNIDADES	Técnico Eletrotécnico com encargos complementares (somente em casos de chamados de manutenção corretiva - Referência SINAPI-88255)	Horas	100
14	TODAS AS UNIDADES	Auxiliar de Serviços Gerais com encargos complementares (somente em casos de chamados de manutenção corretiva - Referência SINAPI-88252)	Horas	100
15	TODAS AS UNIDADES	Deslocamento através de rodovia pavimentada para as unidades (somente em casos de chamados de manutenção corretiva )	Km	2500
16	TODAS AS UNIDADES	Deslocamento através de rodovia não pavimentada para as unidades (somente em casos de chamados de manutenção corretiva )	Km	800
17	TODAS AS UNIDADES	Diária de serviço a ser paga ao profissional nos casos em que a empresa for acionada fora da rotina de manutenção preventiva para atendimentos de chamados corretivos. ESTE ITEM NÃO ESTÁ SUJEITO A LANCES	UNID	20

1.2.1. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns de engenharia;

1.3. Durante a vigência do contrato é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato (Art. 48, parágrafo único, da Lei 14133/21).

1.4. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.4.1 O Termo de Referência;

1.4.2 O Edital da Licitação;

1.4.3 A Proposta do contratado;

1.4.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO (arts. 106 e 107)

2.1 O prazo de **vigência da contratação é de 1 (um) ano, contado a partir de sua assinatura**, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021, e sua eficácia está condicionada à divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma do art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021.

**2.2** A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

**a)** Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

**b)** Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

**c)** Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

**d)** Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;

**e)** Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

**2.3** O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

**2.4** A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

**2.5** Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

**2.6** O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

**CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**  
([art. 92, IV, VII e XVIII](#)).

**3.1.** Os serviços serão prestados no(s) seguinte(s) endereço(s):

Endereço das unidades do Tribunal Regional Eleitoral que contém sistemas fotovoltaicos	
Sede TRE	Av Mendonça Junior, 1502, Centro - Macapá - AP
1ª Zona Eleitoral	Avenida Senador Lemos, s/nº - Centro - Amapá/AP
6ª Zona Eleitoral	Avenida Intendente Alfredo Pinto, s/nº - Centro - Santana/AP
7ª Zona Eleitoral	Avenida Tancredo Neves, s/nº - Agreste - Laranjal do Jari/AP
Posto Avançado 7ª Zona Eleitoral	R. Pedro Ladislau da Silveira, 1383 - Centro, Vitória do Jari - AP,
8ª Zona Eleitoral	Rua Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, nº 1660 - Centro - Tartarugalzinho/AP
10ª Zona Eleitoral	Av. Maria Cavalcante de Azevedo Picanço, s/n, atrás da Justiça Federal - Infraero II - Macapá/AP

12ª Zona Eleitoral	Av. Manoel Bentes Parentes, 325 - Malvinas - Porto Grande/AP
Posto Avançado 12ª Zona Eleitoral	Rua Sebastião Miranda, nº 451, Ferreira Gomes/AP

### **Especificação da garantia do serviço** (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

**3.2.** Os serviços de Manutenção Preventiva executados pela Contratada deverão ter garantia mínima de 4 (três) meses, a contar da aprovação pelo Fiscal Técnico. Os serviços de Manutenção Corretiva executados pela Contratada deverão ter garantia mínima de 12 (doze) meses, a contar da aprovação pelo Fiscal Técnico.

**3.3.** Na vigência da garantia, a Contratada deverá reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

**3.4.** A execução contratual observará as rotinas abaixo:

#### **3.4.1 Da Manutenção Preventiva**

**3.4.1.1** Os serviços de MANUTENÇÃO PREVENTIVA devem ser feitos a cada 4 (quatro) meses, conforme cronograma estabelecido pela contratante;

**3.4.1.2** Nenhum serviço deverá ser realizado sem a presença do Engenheiro Responsável Técnico ou do Técnico Eletrotécnico;

**3.4.1.3** As atividades contemplarão obrigatoriamente:

##### **a) Limpeza dos módulos fotovoltaicos:**

- Realizar a limpeza das placas solares com o uso obrigatório de **kit profissional para Limpeza de placas Solares, contendo uma vassoura com injetores de água, um cabo retrátil de 6 (seis) metros (mínimo), engate rápido e registro**. O uso desta ferramenta visa evitar que o profissional se apoie ou pise nas telhas da cobertura.

- Realizar limpeza nas molduras de alumínio das placas.

- A limpeza deverá ser feita preferencialmente em horários em que os painéis não estejam quentes para evitar choque térmico, de modo a não danificar o vidro de cobertura.

- Não é permitido o andar e pisar no telhado sem a devida autorização da contratada.

##### **b) Inspeção e manutenção da fiação do sistema:**

- Verificar visualmente todos os condutos e cabos de isolamento quanto a danos;

- Verificar se há conexões de fiação soltas, rompidas, corroídas ou queimadas;

- Realizar o reaperto dos parafusos de fixação dos módulos, disjuntores e conexões;

- Verificar o sistema de aterramento;
- Verificar o Quadro Geral de Baixa Tensão - QGBT quanto a conexões ou componentes soltos, pontos quentes;
- Inspeccionar a possível presença de obstáculos, naturais ou artificiais que possam impactar na geração de energia, como galhos, antenas, dentre outros;

**c) Inspeção do inversor:**

- Remover a poeira ou a sujeira;
- Inspeccionar a fiação do sistema quanto a conexões ruins procurando por sinais de aquecimento excessivo;
- Inspeccionar se o painel do inversor está com funcionamento adequado;

**d) Medição do circuito:**

- Realizar medições de tensão, correntes contínuas e alternadas com vistas a assegurar que estão adequadas ao projeto.

**e) Elaboração de relatório Técnico pormenorizado e relatório Fotográfico.**

- Elaborar relatório Técnico pormenorizado assinado pelo Técnico e pelo Engenheiro Responsável Técnico, com fotos do sistema ANTES e DEPOIS dos serviços, mencionando os defeitos verificados, as providências adotadas, os serviços executados, as peças e insumos substituídos, as recomendações e orientações técnicas, o tempo despendido, observada a rotina contida no Termo de Referência;

**f) Comunicar imediatamente ao Fiscal Técnico sobre quaisquer inconformidades, defeitos ou avarias;**

### **3.4.2. Da manutenção corretiva**

**3.4.2.1.** Os chamados para avaliação da Contratada de um defeito ou mau funcionamento de um ou mais Sistemas Fotovoltaicos serão feitos mediante Ordem de Serviço pelo Fiscal Técnico ou seu Substituto ou, ainda, pelos Fiscais Setoriais.

**3.4.2.2.** A Contratada deverá INICIAR os serviços de Manutenção Corretiva em até 02 (duas) horas na Sede, 2ª, 6ª e 10ª Zonas Eleitorais, e até 24 (vinte e quatro) horas nas demais Zonas Eleitorais; bem como CONCLUÍ-LOS no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da emissão da ordem de serviço, ressalvado os casos em que componentes estejam indisponíveis no mercado nacional, caso em que o prazo será de 20 (vinte) dias úteis.

**3.4.2.3.** Após visita e avaliação, o técnico da Contratada deverá apresentar ao Fiscal Técnico o relatório com orçamento prévio detalhado discriminando os valores de materiais e tipos de serviços, conforme proposta deste Contrato, em até 5 (cinco) dias úteis. Em caso de correção da proposta, a empresa deve realizar em até 2 (dois) dias úteis

**3.4.2.4.** O Fiscal poderá realizar cotação por parte do TRE/AP a fim de aferir se os preços das peças e insumos apresentados pela Contratada refletem os preços praticados no mercado. Caso a contratada não disponha das peças em estoque e necessite adquiri-las de terceiros, o fiscal deverá levar em consideração os

custos com impostos, frete e outras despesas na comparação dos preços, justificando seu aceite por um preço superior ao de mercado local.

**3.4.2.5.** A quantidade de Horas Técnicas estimadas são as horas efetivamente usadas para execução do serviço. Caso seja necessário um tempo maior que o indicado, deverá ser apresentada justificativa pela Contratada ao fiscal, para fins de aprovação, se for o caso.

**3.4.2.6.** A Contratada poderá executar serviços de Manutenção Corretiva em oficina própria ou de terceiros sempre que esta necessidade se mostre imperiosa para o restabelecimento do bom funcionamento do Sistema Fotovoltaico, se autorizado pela fiscalização.

**3.4.2.7.** Em caso de remessa de equipamentos ou componentes a serem consertados em outro Estado ou país, a empresa arcará com o custo do frete, impostos, desembaraço aduaneiro, seguros e remoção (retirada e reinstalação);

**3.4.2.8.** A comunicação do defeito será feita através de Ordem de Serviço encaminhada por mensagem eletrônica, e-mail, ou outro meio de comunicação digital

**3.4.2.9** O engenheiro responsável técnico local será o responsável pelo recebimento das comunicações oficiais (Ordens de Serviço, Notificações, Correspondências), o qual deverá prontamente comunicar o aceite/recebimento e realizar assinatura das Ordens de Serviços, Propostas e demais documentos.

**3.4.3.** Contratante deverá executar todos os testes de segurança especificados nos manuais técnicos e na legislação em vigor;

**3.4.4.** Nenhum serviço deverá ser realizado sem a presença do Engenheiro Responsável Técnico ou do Técnico Eletrotécnico;

### **3.5. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS.**

**3.5.1** Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário;

**3.5.2.** As peças substituídas deverão ter garantia mínima de 12 (doze) meses, ou igual à oferecida pelo fabricante, prevalecendo o que for mais vantajoso para o TRE-AP.

**3.5.3.** Entende-se por peças e materiais de reposição, insumos, componentes e/ou acessórios necessários ao perfeito funcionamento dos Sistemas de Energia Solar Fotovoltaica.

**3.5.4.** As peças deverão ser adquiridas pela CONTRATADA, após apreciação, aprovação e autorização do orçamento indicativo dos respectivos custos pela Fiscalização, não sendo aceitas peças usadas ou reconcondicionadas, ou seja, deverão ser novas e genuínas e da melhor qualidade existente e dentro dos valores de mercado;

**3.5.5.** A CONTRATADA deverá apresentar para substituição de peças, podendo ser admitido nos casos de manutenção exclusiva uma pesquisa de preço apresentada pela entidade reconhecida juntamente do atestado de exclusividade.

**3.5.6.** Todos os materiais de consumo, peças de reposição, componentes e/ou acessórios a serem substituídos deverão ser novos e originais, devendo ser apresentados ao fiscal do contrato para prévia aprovação.

**3.5.7.** Os materiais substituídos deverão apresentados ao fiscal técnico ANTES de serem sucateados, dando-lhes a correta destinação em cumprimento à legislação ambiental aplicável;

**3.5.8.** A substituição das peças de reposição, componentes e/ou acessórios, deverá ocorrer de forma a restabelecer o mais rápido possível o funcionamento do equipamento.



**3.5.9.** A aquisição de peças, componentes e acessórios será feito através de item específico da planilha que contém valor estimado e NÃO ESTÁ SUJEITO A LANCES, caso seja necessário para restabelecer o funcionamento dos sistemas de geração.

**3.5.10.** A CONTRATANTE poderá exigir da CONTRATADA, a comprovação da procedência original de peças, componentes e outros materiais necessários, inclusive por meio de Notas Fiscais.

**3.5.11.** A CONTRATADA efetuará, no período de garantia das peças utilizadas no conserto, independente de ser ou não o fabricante das mesmas, a substituição das que apresentarem imperfeições, defeitos de fabricação e quaisquer outras irregularidades ou divergência, ainda que constatada depois do recebimento do equipamento.

### **3.6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “F”, da Lei nº 14.133/21).**

#### **3.6.1. ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL**

**3.6.1.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

**3.6.1.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

**3.6.1.3.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).

**3.6.1.3.1.** O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

**3.6.1.3.2.** O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

**3.6.1.4.** O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato. (Lei nº 14.133/2021, art. 118).

**3.6.1.4.1** O engenheiro responsável técnico local SERÁ o preposto do contrato INCLUSIVE com poderes para recebimento das comunicações oficiais (Ordens de Serviço, Notificações, Correspondências)

**3.6.1.4.2.** A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade (IN 5/2017, art. 44, §1º)

**3.6.1.5.** O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

**3.6.1.6.** O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

**3.6.1.7.** Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).

**3.6.1.7.1** A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato

(Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

- 3.6.1.8. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).
- 3.6.1.9. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, 31º).
- 3.6.1.11. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.
- 3.6.1.12. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

3.6.2 DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

- 3.6.2.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme cumprimento de prazos de entrega, cuja remuneração será adequada à medida que as Ordens de Serviço atendam ou não os prazos estabelecidos, conforme tabelas abaixo.
- 3.6.2.2 A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços, bem como da aplicação de penalidades
- 3.6.2.3 **Manutenção Preventiva**, considera-se atraso no prazo de entrega:
- a não execução, execução parcial, em desconformidade;
  - não envio do relatório fotográfico durante o prazo de execução;
  - execução fora da data estipulada pela fiscalização;

Frequência de Atraso - Manutenção Preventiva	Adequação de Pagamento
1ª	100%
2ª	98%
3ª e 4ª	96%
4ª a 6ª	93%
a partir da 7ª	90%

3.6.2.4 **Manutenção Corretiva**, considera-se atraso no prazo de entrega:

- a não execução, execução parcial, em desconformidade;
- o envio de orçamento posterior a execução (mesmo que dentro do prazo) ou posterior ao prazo;
- envio incompleto ou não conforme do orçamento, separado em itens conforme a Proposta;
- a não comunicação ou comunicação posterior a data de execução sobre as especificações, marcas, modelos das peças e técnicas de serviços;

<b>Frequência de Atraso - Manutenção Corretiva</b>	<b>Adequação de Pagamento</b>
1ª	98%
2ª	96%
3ª e 4ª	93%
4ª a 6ª	90%
a partir da 7ª	85%

### **CRITÉRIOS DE ADEQUAÇÃO DO SERVIÇO À QUALIDADE ESPERADA**

**3.6.2.5.** Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

**3.6.2.5.1.** não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

**3.6.2.5.2.** deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

### **3.6.3. DO RECEBIMENTO**

**3.6.3.1.** Os serviços serão recebidos, no prazo de 5 dias, contado do término do prazo da Ordem de Serviço, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.

**3.6.3.1.1.** O contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a

finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

**3.6.3.1.1.1.** Para efeito de recebimento, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

**3.6.3.1.1.2.** O Contratado fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

**3.6.3.1.1.3.** O recebimento também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

**3.6.3.2.** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Contrato, no Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo de 3 dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**3.6.3.3.3.** Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, *com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.*

**3.6.3.4.** O recebimento não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **3.4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**3.4.1.** Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos,

a) A otimização de recursos materiais;

b) A redução de desperdícios materiais, energia e água por parte de seus profissionais no desempenho das atividades.

c) Elaborar e manter um programa interno de treinamento de seus empregados para redução de consumo de energia elétrica, consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

d) Destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades diárias;

e) Instruir os profissionais quanto ao cumprimento da coleta seletiva e do Programa de Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos.

**3.4.2.** Mediante aprovação da CONTRATANTE, admitir-se-á subcontratação para os serviços que não possam ser realizados pela empresa CONTRATADA, tais como: análises de laboratórios especializados, parametrização de componentes, bem como outros serviços ESPECÍFICOS a serem autorizados previamente pela fiscalização. Não possuindo qualquer relação entre a Administração e a subcontratada. Sendo assim, a empresa CONTRATADA assume inteira responsabilidade pelos atos ou omissões na execução do objeto do contrato, bem como no seu atendimento em casos de chamados emergência.

**3.4.3.** Considera-se irregular a subcontratação total ou subcontratação parcial sem aprovação da contratante, sujeitas as penalidades. A presente contratação é de empresa especializada de engenharia, portanto, o mínimo

esperado é que a contratada possua meios, profissionais e conhecimentos próprios para a execução personalíssima do objeto.

3.4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21.

3.4.4. O licitante deverá apresentar:

3.4.4.1. As PLANILHAS DE FORMAÇÃO DE PREÇOS conforme modelos constantes no **ANEXO I**.

3.4.4.2. A Planilha de Composição de BDI constantes no **ANEXO II**;

3.4.4.3. Modelo de Indicação dos Profissionais constantes no **ANEXO III**, bem como documentos comprobatórios de qualificação técnica;

3.4.5. Os valores estimados anuais referem-se à quantidade de **3 (três) manutenções preventivas quadrimestrais**, sendo estas manutenções acordadas com a fiscalização e solicitadas através de ordem de serviço, conforme cronograma a ser estabelecido pela administração.

3.4.5. A apresentação das propostas das empresas licitantes deverá conter:

3.4.5.1 O valor do **Desconto aplicado linearmente** a todos os itens, exceto **10,11 e 17**, pois não estão sujeitos a lances.

3.4.5.2. O valor anual das manutenções é composto pela soma da multiplicação dos valores unitários pelas quantidades anuais previstas.

3.4.5.3 O valor unitário e anual de manutenção preventiva de todos os itens;

3.4.5.4 Valor unitário e anual dos itens da manutenção corretiva;

3.4.5.5 Os valores totais de manutenção preventiva e corretiva;

3.4.5.6. As quantidades previstas, tanto para manutenção preventiva quanto para manutenção corretiva são invariáveis, não sendo, portanto, permitido a alteração desses valores pela contratada, sob pena de desclassificação.

3.4.5.7. O valor global ofertado será composto pela soma do valor total de manutenções preventivas e corretivas.

3.4.4.2 Será considerado para os itens **12, 13 e 14**, para fins de cobrança/pagamento por serviços prestados a equivalência de 1 unidade sendo 1 hora técnica efetivamente trabalhada para os serviços de manutenção corretiva, quando solicitados.

3.4.6. Os itens **10, 11 e 17** da planilha acima **NÃO ESTÁ SUJEITO A APLICAÇÃO DO DESCONTO**, mas seus valores devem constar na planilha para compor o valor total das manutenções.

3.4.6.1.O valor do item **10** da planilha refere-se a uma estimativa para serviços de reposição de peças e, sendo este um valor a ser utilizado apenas em caso de necessidade de aquisição e substituição de peças.

3.4.6.2. Para o valor do item **17**, nos casos em que a empresa for realizar manutenção corretiva fora da região metropolitana de Macapá, o cálculo da quantidade de diárias a serem pagas será realizado da seguinte forma:

- 1 diária para cada 8 horas completas previstas de serviço total (execução e deslocamento);
- 0,5 diária para fração de horas previstas que extrapolarem a quantidade estimada no tópico acima.

3.4.6.3. Os valores pagos por deslocamento até as unidades serão calculados limitando-se a distância máxima da cidade de Macapá-AP até as unidades de solicitação do serviço.

## 1. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

**4.1.** Mediante aprovação da CONTRATANTE, admitir-se-á subcontratação para os serviços que não possam ser realizados pela empresa CONTRATADA, tais como: análises de laboratórios especializados, parametrização de componentes, bem como outros serviços ESPECÍFICOS a serem autorizados previamente pela fiscalização. Não possuindo qualquer relação entre a Administração e a subcontratada. Sendo assim, a empresa CONTRATADA assume inteira responsabilidade pelos atos ou omissões na execução do objeto do contrato, bem como no seu atendimento em casos de chamados emergência.

**4.2.** Considera-se irregular a subcontratação total ou subcontratação parcial sem aprovação da contratante, sujeitas as penalidades. A presente contratação é de empresa especializada de engenharia, portanto, o mínimo esperado é que a contratada possua meios, profissionais e conhecimentos próprios para a execução personalíssima do objeto.

## CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

**5.1 O valor global estimado para a contratação é de R\$ 150.334,77 (cento e cinquenta mil e trezentos e trinta e quatro reais e setenta e sete centavos), conforme tabela abaixo:**

**5.2** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

Item	Local	Descrição	Und	DESCONTO	QTDE ANUAL	VALOR UNIT (R\$)	VALOR ANUAL (R\$)
1	Sede do TRE - Macapá/AP	Manutenção em sistema de geração de 155 kW; 470 módulos JPA6(K) Solar ; 2 Inversores SUNGROW 60 kW; 1 Inversor SUNGROW 12 KW; com fornecimento dos insumos, mão de obra especializada e despesas com alimentação e deslocamento	Und	%	3	3.874,28	11.622,84
2	10ª Zona Eleitoral - Macapá	Manutenção em sistema de geração 150 kW; 531 módulos; 3 inversores 50 kW ABB; com fornecimento dos insumos, mão de obra especializada e despesas com alimentação e deslocamento.	Und		3	4.605,29	13.815,87
3	6ª Zona Eleitoral – Santana/AP	Manutenção em sistema microgeração fotovoltaica 60K Wp, com 180 módulos solares 325 Wp Sunedison em 4 arranjos e 1 inversor Sungrow 60 kW; com fornecimento dos insumos, mão de obra especializada e	Und		3	2.210,48	6.631,44

		despesas com alimentação e deslocamento				
4	1ª Zona Eleitoral – Amapá/AP	Manutenção em sistema microgeração 12 kWp, 37 módulos solares 325 Wp Sunedison em 4 aranjões e 2 inversores Serrana 5 kW; com fornecimento dos insumos, mão de obra especializada e despesas com alimentação e deslocamento	Und	3	2.186,71	6.560,13
5	7ª Zona Eleitoral – Laranjal do Jari	Manutenção em sistema microgeração fotovoltaica 12 kWp, com 37 módulos solares 325 Wp; inversor Serrana 5 kW; com fornecimento dos insumos, mão de obra especializada e despesas com alimentação e deslocamento	Und	3	2.478,27	7.434,81
6	7ª Zona Eleitoral - Vitória do Jari	Manutenção em sistema microgeração fotovoltaica 12K Wp, com 37 módulos solares 325 Wp Sunedison em 4 aranjões e 2 inversores SunGrow 5 kW; com fornecimento dos insumos, mão de obra especializada e despesas com alimentação e deslocamento	Und	3	2.555,12	7.665,36
7	8ª Zona Eleitoral - Tartarugalzinho	Manutenção em sistema microgeração 12K Wp, com 37 módulos solares 325 Wp Sunedison em 4 aranjões e 2 inversores Serrana 5 kW; com fornecimento dos insumos, mão de obra especializada e despesas com alimentação e deslocamento	Und	3	2.008,45	6.025,35
8	12ª Zona Eleitoral - Porto Grande	Manutenção em sistema microgeração fotovoltaica 12K Wp, com 37 módulos solares 325 Wp Sunedison em 4 aranjões e 1 inversor Serrana 5 kW; 1 inversor ThinkPower 6 kW; com fornecimento dos insumos, mão de obra especializada e despesas com alimentação e deslocamento	Und	3	1.597,24	4.791,72

9	12ª Zona Eleitoral – Ferreira Gomes	Manutenção em sistema microgeração fotovoltaica 12K Wp, com 37 módulos solares 325 Wp Sunedison em 4 arranjos e 2 inversores Serrana 5 kW; fornecimento dos insumos, mão de obra especializada e despesas com alimentação e deslocamento	Und		3	1.632,88	4.898,64
<b>VALOR TOTAL ANUAL PARA AS MANUTENÇÕES PREVENTIVAS (A)</b>							<b>69.446,16</b>
10	TODAS AS UNIDADES	Estimativa de reposição de peças anual, SE NECESSÁRIO, para manutenção corretiva sistema de geração fotovoltaica - ESTE ITEM NÃO ESTÁ SUJEITO A LANCES	Und	NÃO APLICÁVEL	1	60.000,00	60.000,00
11	TODAS AS UNIDADES	Estimativa de serviços terceirizados, SE NECESSÁRIO, para manutenção corretiva sistema de geração fotovoltaica - ESTE ITEM NÃO ESTÁ SUJEITO A LANCES	Und	NÃO APLICÁVEL	1	4.080,01	4.080,01
12	TODAS AS UNIDADES	Engenheiro Eletricista (somente em casos de chamados de manutenção corretiva)	Horas	%	30	44,32	1.329,60
13	TODAS AS UNIDADES	Técnico Eletrotécnico com encargos complementares (somente em casos de chamados de manutenção corretiva - Referência SINAPI-88255)	Horas		100	25,32	2.532,00
14	TODAS AS UNIDADES	Auxiliar de Serviços Gerais com encargos complementares (somente em casos de chamados de manutenção corretiva - Referência SINAPI-88252)	Horas		100	17,33	1.733,00
15	TODAS AS UNIDADES	Deslocamento através de rodovia pavimentada para as unidades (somente em casos de chamados de manutenção corretiva )	Km		2500	1,10	2.750,00



16	TODAS AS UNIDADES	Deslocamento através de rodovia não pavimentada para as unidades (somente em casos de chamados de manutenção corretiva )	km		800	2,18	1.744,00
17	TODAS AS UNIDADES	Diária de serviço a ser paga ao profissional nos casos em que a empresa for acionada fora da rotina de manutenção preventiva para atendimentos de chamados corretivos. ESTE ITEM NÃO ESTÁ SUJEITO A LANCES	Und	NÃO APLICÁVEL	20	336,00	6.720,00
<b>VALOR TOTAL ANUAL PARA AS MANUTENÇÕES CORRETIVAS (B)</b>							<b>80.888,61</b>
<b>VALOR TOTAL ANUAL PARA AS MANUTENÇÕES PREVENTIVAS E CORRETIVAS (A+B)</b>							<b>150.334,77</b>
<b>VALOR DO DESCONTO ÚNICO</b>							<b>17,55%</b>

## CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO ([art. 92, V e VI](#))

### Liquidação e Pagamento

6.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, 32º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

6.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#)

6.3. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o

prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

6.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).

6.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

6.8. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

6.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.10. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

6.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

6.12. A nota fiscal referente às diárias de viagem será obrigatoriamente emitida pela CONTRATADA semanalmente ou quinzenalmente, conforme orientação do CONTRATANTE, e deverá ser acompanhada das requisições de diárias e regularidade fiscal, para o CONTRATANTE efetuar o pagamento direto das diárias aos terceirizados, e pagar à CONTRATADA o saldo remanescente, se houver, bem como enviar à CONTRATADA os comprovantes dos pagamentos feitos aos terceirizados.

### **Prazo de pagamento**

6.13. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

6.14. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice oficial IPCA/IBGE de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

6.15. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

6.16. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para

6.17. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.18. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.19. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE (art. 92, V)

**7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da **data do orçamento estimado constante do termo de referência assinado pela autoridade competente**.**

**7.1.1.** A periodicidade anual de que trata este item será contada a partir data do orçamento a que a proposta se referir;

**7.1.2** A data do último reajuste contratual passará a ser contada como marco inicial para os reajustes seguintes, respeitado o interregno mínimo de 1 (um) ano.

**7.2** Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, **do índice IPCA/IBGE**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**7.3** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**7.4** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

**7.5** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

**7.6** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

**7.7** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**7.8** O reajuste será realizado por apostilamento.

#### CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE ([art. 92, X, XI e XIV](#))

**8.1** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

**8.2** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Contrato;

**8.3** Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

**8.4** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

**8.5** Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

**8.6** Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

**8.7** Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

**8.8** Não praticar atos de ingerência na administração do contratado, tais como (art. 48 da Lei n.º 14.133/2021):

**8.8.1** indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

**8.8.2** fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo contratado;

**8.8.3** estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do contratado;

**8.8.4** definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

**8.8.5** demandar a funcionário do contratado a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação;

**8.8.6** prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do contratado.

**8.9** Cientificar o órgão de representação judicial da Administração para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

**8.10** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

**8.11** A Administração terá o prazo de *30 (trinta) dias*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

**8.12** Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de *30 (trinta) dias*.

**8.13** Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (§4º, do art. 137, da Lei nº 14.133, de 2021).

**8.14** Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso [do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**8.15** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

**9.1** O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas, além das previstas no termo de referência:

**9.2** Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

**9.3** A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

**9.4** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

**9.5** Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados,

cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

**9.6** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

**9.7** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

**9.8** Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

**9.9** Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

**9.10** Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

**9.11** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

**9.12** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

**9.13** Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

**9.14** Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

**9.15** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

**9.16** Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

**9.17** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

**9.18** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

**9.19** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#));



**9.20** Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));

**9.21** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

**9.22** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

**9.23** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

**9.24.** Apresentar no momento da liquidação/pagamento da despesa pelo CONTRATANTE, certidões de regularidade fiscal junto ao INSS, FGTS e CNDT válidas, sob pena de aplicação de penalidade prevista na tabela constante do **item 12.2, da Cláusula Décima Segunda**.

**9.25** Em atendimento ao disposto nos artigo 92, inciso XVI da Lei 14.133/21, a contratada deverá manter durante toda execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta, caso contrário estará sujeita as penalidades previstas na Legislação citada, bem como na **Cláusula Décima Segunda**, deste Contrato, no que couber, sem prejuízo da rescisão do contrato a critério da Administração.

**9.26.** Assinar junto com o contrato, o Termo de Responsabilidade e Confidencialidade (Anexo I), apresentando-os, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da solicitação pelo fiscal, **sob pena de aplicação de penalidade prevista na tabela constante do item 12.2, da Cláusula Décima Segunda**.

## **9.27. DAS OBRIGAÇÕES GERAIS DA CONTRATADA:**

**9.27.1.** Prestar serviços de forma a assegurar que Sistemas de Energia Solar Fotovoltaica mantenham regular, eficiente, segurança e economia no funcionamento.

**9.27.2.** Registrar junto ao Conselho competente a ART. do contrato assinado, sem nenhum ônus adicional para a Instituição, entregando 02 (duas) cópias ao fiscal do contrato, no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis contados** da data em que o CONTRATANTE devolver as vias assinadas.

**9.27.3.** Fornecer à equipe de trabalho uniformes, calçados, crachás de identificação, bem como equipamentos de proteção individual (EPI) e o ferramental, com seus acessórios, necessários à execução dos serviços, assumindo a responsabilidade pelo transporte, guarda, carga e descarga dos mesmos, sem ônus adicional para o CONTRATANTE.

**9.27.4.** Fornecer os materiais de consumo necessários à execução dos serviços, bem como o meio de transporte, alimentação e hospedagem aos seus funcionários para boa execução dos serviços.

**9.27.5.** Comunicar imediatamente ao fiscal do contrato toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução dos serviços contratados.

**9.27.6.** Em caso de necessidade de mão-de-obra especializada, as respectivas despesas correrão por conta da empresa CONTRATADA sem ônus para este Tribunal;

**9.27.7.** Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do TRE-AP, encarregado de acompanhar a execução dos serviços, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo as reclamações formuladas;

**9.27.8.** Designar um Preposto que se responsabilizará pelo contato com o TRE-AP, sendo o elo de comunicação entre as partes, com autonomia para solucionar qualquer situação referente à execução contratual;

- 9.27.9. Disponibilizar o telefone celular, fixo e e-mail do Preposto para prontidão permanente (vinte e quatro horas - sete dias por semana);
- 9.27.10. Instruir seu Preposto quanto à necessidade de acatar as orientações do TRE-AP, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho;
- 9.27.11. Durante a execução dos serviços, manter o seu pessoal devidamente uniformizado e identificado por crachá, contendo: nome completo, função, fotografia recente, número de RG, quando em trabalho;
- 9.27.12. Substituir, sempre que exigido pelo TRE-AP e independentemente de justificativa por parte desta, qualquer empregado cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da repartição ou de interesse do serviço público;
- 9.27.13. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;
- 9.27.14. Assumir a responsabilidade por quaisquer danos, furtos e roubos em próprios do TRE-AP, quer sejam por seu pessoal, quer sejam em consequência da má execução dos serviços;
- 9.27.15. Comunicar ao TRE-AP, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;
- 9.27.16. Executar os serviços elencados no item 'Roteiro de Manutenção Preventiva' deste Projeto de acordo com o regime de trabalho de cada Sistema de Energia Solar Fotovoltaica(emergencial ou contínuo – horário de ponta), não se admitindo quaisquer modificações sem a aprovação da fiscalização;
- 9.27.17. Prestar pronto atendimento às Ordens de Serviços autorizadas pelo Fiscal Técnico;
- 9.27.18. Manter equipe técnica disponível para atender eventuais chamadas de Manutenção Corretiva fora do horário comercial, conforme exigência deste Termo;
- 9.27.19. Assegurar o perfeito funcionamento dos Sistemas de Energia Solar Fotovoltaica, mediante a execução de serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva, com fornecimento de peças e insumos, de acordo com os padrões técnicos recomendados pelo fabricante e pelas normas vigentes;
- 9.27.20. Executar diretamente a manutenção dos equipamentos, sem transferência de responsabilidade ou subcontratação;
- 9.27.21. Garantir que seu **Responsável Técnico estará presente, sempre que solicitado**, para orientar o técnico, apresentar sugestões melhorias de serviço, resolver problemas e realizar serviços inerentes à sua função;
- 9.27.22. Quando realizada a Manutenção Corretiva do equipamento e este ou parte deste não tiver recuperação, dando como perda total, a Contratada deverá elaborar Laudo Técnico e enviar ao TRE-AP;
- 9.27.23. Apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a procedência das peças e componentes destinados à substituição;
- 9.27.24. Para a retirada de qualquer equipamento, peças ou partes dos Sistemas de Energia Solar Fotovoltaica dos locais onde estão instalados, a Contratada deverá solicitar autorização ao fiscal;
- 9.27.25. Responder pelos danos causados diretamente aos equipamentos de propriedade do TRE-AP, por sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços em apreço, não sendo excluída ou reduzida essa responsabilidade pela Fiscalização ou acompanhamento pelo TRE-AP;
- 9.27.26. Refazer o serviço que, a juízo do representante do TRE-AP, não for considerado satisfatório, sem direito a qualquer acréscimo no preço contratado;
- 9.27.27. Remover todo o entulho do local do serviço e fazer a limpeza completa (bruta e fina), durante e após a execução dos serviços, se for o caso;

- 9.27.28.** Recompôr o ambiente em sua forma original quando for efetuada qualquer remoção, demolição, abertura de valas, furos ou outras alterações que afetem a estrutura física de algum recinto, utilizando materiais e ferramentas próprios, conforme orientação do Fiscal Técnico;
- 9.27.29.** Executar todos os testes de segurança especificados nos manuais técnicos e na legislação em vigor;
- 9.27.30.** Adotar todas as providências e assumir todas as obrigações estabelecidas na Legislação específica de acidentes do trabalho, quando em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados, no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que verificados em dependências do TRE-AP;
- 9.27.31.** Observar e fazer com que seus empregados e/ou contratados respeitem as normas relativas à segurança, higiene e medicina do trabalho (visando à segurança e proteção de seus funcionários) quando em serviço nas dependências do TRE-AP;
- 9.27.32.** Exigir dos empregados o uso de todos os equipamentos de segurança recomendados pelas Normas Regulamentadoras vigentes;
- 9.27.33.** Fornecer todo material de EPI's e EPC's para segurança ao(s) técnico(s) envolvido nos trabalhos, conforme estabelece a legislação pertinente, responsabilizando-se por quaisquer danos físicos sofridos por aqueles em decorrência dos serviços ora contratados;
- 9.27.34.** Manter sigilo e confidencialidade de todo o teor das informações a que tiver acesso por força do contrato, sob pena de não o fazendo, responder pelos danos e prejuízos decorrentes da divulgação indevida;
- 9.27.35.** Entregar ao Fiscal Técnico relatório assinado pelo Técnico de Manutenção ou pelo Responsável Técnico, mencionando os defeitos verificados, as providências adotadas, os serviços executados, as peças e insumos substituídos, as recomendações e orientações técnicas e o tempo despendido, observada a rotina contida no Termo de Referência e neste Contrato;
- 9.27.36.** Registrar os Serviços, as visitas que se verificarem, assim como ordens, determinações da fiscalização, anotações de ordem técnica e reclamações;
- 9.27.37.** Aceitar nas mesmas condições de sua proposta, os acréscimos ou supressões dos produtos ou serviços que porventura se fizerem necessários, a critério exclusivo do TRE-AP;
- 9.27.38.** A Contratada deverá disponibilizar o número de telefone (celular e fixo) e e-mail do Preposto para atendimento permanente (vinte e quatro horas - sete dias por semana) para que sejam feitas as solicitações/chamados de manutenção;
- 9.27.39.** O engenheiro responsável técnico local SERÁ o preposto do contrato INCLUSIVE com poderes para recebimento das comunicações oficiais (Ordens de Serviço, Notificações, Correspondências);
- 9.27.40.** Encaminhar as Notas Fiscais e Faturas conforme a legislação tributária em vigor, inclusive com o envio em separado do valor dos materiais sujeitos ao ICMS;
- 9.27.41.** Nenhum serviço deverá ser realizado sem a presença do Engenheiro Responsável Técnico ou do Técnico Eletrotécnico;

## **9.28 TERMO DE RESPONSABILIDADE E CONFIDENCIALIDADE**

**9.28.1** A contratada deverá assinar junto com o contrato, o Termo de Responsabilidade e Confidencialidade (Anexo I), apresentando-os, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da solicitação pelo fiscal;

## **CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**



**10.1** As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

**10.2** Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da LGPD](#).

**10.3** É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

**10.4** A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

**10.5** Terminado o tratamento dos dados nos termos do [art. 15 da LGPD](#), é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do [art. 16 da LGPD](#), incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

**10.6** É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

**10.7** O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

**10.8** O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

**10.9** O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

**10.10** Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados ([LGPD, art. 37](#)), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

**10.10.1** Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

**10.11** O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

**10.12** Os contratos e convênios de que trata o [§ 1º do art. 26 da LGPD](#) deverão ser comunicados à autoridade nacional.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))

**11.1.** Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

**12.1.** Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**12.2.** Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem 12.1, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem 12.1, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

**d) Multa:**

- d.1) Moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;
  - d.1.1) O atraso superior a 15 (quinze) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o [inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021](#).
- d.2) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 10% a 25% do valor do Contrato.
- d.3) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 26% a 30% do valor do Contrato.
- d.4) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 20% a 30% do valor do item/fatura/parcela inadimplida.
- d.5) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 10% a 19% do valor do item/fatura/parcela inadimplida.
- d.6) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 6% a 9% do valor do item/fatura/parcela inadimplida, ressalvadas as seguintes infrações para as quais a Administração aplicará multas conforme a graduação estabelecida nas seguintes tabelas:

GRAU	CORRESPONDÊNCIA – VALOR DO ITEM/FATURA/PARCELA INADIMPLIDA

1	0,5%
2	1%
3	2%
4	3%
5	4%
6	5%

Tabela 10 - Multa (Grau X Correspondência - Valor do item/fatura/parcela inadimplida)

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequência letais.	6	Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão da contratação
2	Destruir ou danificar documentos / equipamentos/instalações do CONTRATANTE, por culpa ou dolo de seus agentes.	5 (culpa)	Por ocorrência, sem prejuízo da reparação do dano
		6 (dolo)	
3	<b>Infringir a Política de Segurança da Informação do TRE-AP e suas normas correlatas (Resolução TREAP nº 570/2022 ou Resolução TRE-AP nº 571/2022), que dispõe sobre a Política Geral de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do TRE-AP, e suas normas correlatas, ou Descumprir as obrigações contidas na Cláusula Décima.</b>	5	Por ocorrência
4	Retirar das dependências do CONTRATANTE quaisquer equipamentos ou materiais de consumo sem autorização prévia do responsável.	6	Por ocorrência
5	Causar atraso ou embaraço na execução do serviço	5	Por dia, limitado a 30% do valor da Ordem de Serviço e sem prejuízo da possibilidade de rescisão contratual

6	Reincidir em atos penalizados com advertência.	4	Por ocorrência
---	--	---	----------------

**PARA OS ITENS A SEGUIR, DEIXAR DE:**

7	Apresentar a nota fiscal para atesto do gestor do contrato até o décimo oitavo dia do mês subsequente ao da prestação do serviço.	1	Por dia de atraso, limitada a incidência a 10 (dez) dias.
8	Comunicar ao CONTRATANTE qualquer anormalidade referente à execução dos serviços;	3	Por ocorrência
9	Apresentar os esclarecimentos formais solicitados pela fiscalização para sanar as inconsistências ou dúvidas.	2	Por dia de atraso, limitada a incidência a 10 (dez) dias
10	Fornecer em até 30 (trinta) dias, a contar da assinatura do contrato, endereço da matriz, filial ou escritório, indicação de preposto, bem como número de telefone comercial fixo, móvel e endereço eletrônico (e-mail), devendo manter os dados atualizados.	1	Por dia de atraso, limitada a incidência a 10 (dez) dias
11	<b>Manter as condições de habilitação durante a contratação, conforme item 9.25 da Cláusula Nona; E, ainda, cumprir a obrigação constante nos itens 9.24 e 9.26, da Cláusula Nona.</b>	5	Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão da contratação
12	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seus empregados.	1	Por ocorrência
13	Fornecer uniformes, na quantidade estipulada, para a categoria (se for o caso);	4	Por empregado e por dia, limitada a incidência a 10 (dez) dias
14	Efetuar o pagamento de salários ou rescisão de contrato de trabalho, auxílio-transporte, auxílio-alimentação, seguros, encargos previdenciários e FGTS, bem como arcar com quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas	6	Por ocorrência

Tabela 11 - Multa (Grau X Incidência)

**12.3.** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

**12.4.** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

**12.4.1.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

**12.5.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

**12.6.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (*trinta*) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**12.7.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**12.8.** Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**12.9.** Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

**12.10.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

**12.11.** O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

**12.12.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

**12.13.** Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

## CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

**13.1** O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

**13.2** O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

**13.2.1** A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

**13.2.2** Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

**13.3** O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**13.3.1** Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

**13.3.2** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

**13.3.3** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

**13.4** O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

**13.4.1** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

**13.4.2** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

**13.4.3** Indenizações e multas.

**13.5** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

**13.6** O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à extinção do contrato por ato unilateral e escrito do contratante e à aplicação das penalidades cabíveis.

**13.7** O contratante poderá conceder prazo para que o contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de extinção contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

**13.8** Quando da extinção, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pelo contratado das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

**13.9** Até que o contratado comprove o disposto no item anterior, o contratante reterá:

**13.9.1** a garantia contratual - prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as verbas rescisórias -, a qual será executada para reembolso



dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria (art. 121, § 3º, I, e art. 139, III, b, da Lei nº 14.133/2021); e

13.9.2 os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

**13.10** Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte do contratado no prazo de 15 (quinze) dias, o contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, deduzindo o respectivo valor do pagamento devido ao contratado (art. 121, §3º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

**13.11** O contratante poderá ainda:

**13.11.1** nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo contratado, reter a garantia prestada a ser executada (art. 139, III, “c”, da Lei nº 14.133/2021), conforme legislação que rege a matéria; e

**13.11.2** nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do contratado decorrentes do contrato.

**13.12** O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

**14.1** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**14.2** O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**14.3** As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

**14.4** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, III](#))

**15.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

**15.1.1.** A contratação será atendida pela seguinte dotação:

*Programa de Trabalho - Gestão e Administração do Programa – PTRES 167905, Natureza de Despesa 339039 (Outros serviços - pessoa jurídica);*

**15.2.** A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

**16.1** Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – APLICAÇÃO DA TEORIA DA IMPREVISÃO**

**17.1** Não será cobrada multa da Contratada pelo descumprimento do prazo contratual, atrasos no cronograma e consequentes prejuízos, se forem comprovados fatos supervenientes impossíveis de evitá-los, provenientes de força maior, caso fortuito, fato do príncipe ou da Contratante, no que couber, tais como:

- a)** Incêndios, explosões, desmoronamentos e catástrofes climáticas.
- b)** Epidemias.
- c)** Greves e convulsões político-sociais.
- d)** Interrupção dos meios normais de transportes de que dependa a execução do objeto contratado.
- e)** Falta de energia elétrica ou de suprimento de água necessárias à execução do objeto contratado.
- f)** Chuvas excepcionais ou excessivas.
- g)** Falta de elementos técnicos para o início ou o prosseguimento dos serviços, quando o seu fornecimento dependa da Contratante.
- h)** Atrasos na efetivação de medidas que permitam tornar os locais de trabalho livres e desembaraçados de qualquer ônus que impeça ou dificulte a execução do objeto contratado.
- i)** Ordem escrita da Contratante para paralisar ou restringir o andamento dos serviços.
- j)** Imposições legais posteriores à celebração deste Contrato.
- k)** Outras ocorrências que se enquadram no Código Civil Brasileiro.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Os motivos imprevistos ou previstos, porém de consequências incalculáveis, quando ocorrerem, deverão ser comunicados, imediatamente, pela Contratada à Contratante.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO**

**18.1** Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO (art. 92, §1º)**

**19.1** É eleito o Foro da Justiça Federal no Amapá, Seção Judiciária de Macapá, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.



E, para firmeza, como prova de haverem, entre si, ajustado e contratado, depois de lido e achado conforme, é firmado o presente Contrato pelas partes, dele sendo extraídas as cópias necessárias para a sua publicação e execução.

## ANEXO I DO CONTRATO

### TERMO DE RESPONSABILIDADE E CONFIDENCIALIDADE

#### Política de Segurança da Informação do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá

Eu, \_\_\_\_\_, inscrito(a) sob RG nº \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_, representante da empresa \_\_\_\_\_, estabelecida no endereço \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF com o n.º \_\_\_\_\_, em razão da execução das atividades previstas do Contrato TRE/AP nº \_\_\_\_\_, firmo o presente TERMO DE RESPONSABILIDADE E CONFIDENCIALIDADE, mediante as estipulações consignadas neste instrumento:

1. O subscritor declara expressamente por este ato, ter conhecimento e ciência:

1.1. Da Política de Segurança da Informação e Comunicação do TRE-AP, constante da Resolução TRE-AP nº 570/2022, disponível em <https://www.tre-ap.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/governanca-de-tecnologia-da-informacao-e-comunicacao/politicas-normas-e-processos>, podendo ser solicitada à Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) ou de Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) do TRE/AP, em caso de indisponibilidade técnica pela internet, assumindo inteira responsabilidade em dar ciência da norma a seu(s) colaborador(es) e prezar pelo cumprimento da mesma, no que couber;

1.2. Da Política Geral de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do TRE-AP, constante da Resolução TRE-AP nº 571/2022, disponível em <https://www.tre-ap.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/governanca-de-tecnologia-da-informacao-e-comunicacao/politicas-normas-e-processos>, podendo ser solicitada à Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) ou de Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) do TRE/AP, em caso de indisponibilidade técnica pela internet, assumindo inteira responsabilidade em dar ciência da norma a seu(s) colaborador(es) e prezar pelo cumprimento da mesma, no que couber;

1.3. De que todos os acessos efetuados, trabalhos desenvolvidos, informações manipuladas, arquivos, conteúdos, conexões, acesso remoto, mensagens eletrônicas e acesso à internet, podem ser verificados e auditados pelos colaboradores efetivos do TRE-AP com atribuição para tal, a qualquer momento, independente de aviso prévio, podendo ainda revogar as autorizações que lhe tenham sido concedidas;

1.4. De que todos os ambientes físicos e lógicos do TRE-AP são monitorados para garantir a proteção e guarda das informações e dos Recursos de Tecnologia de Informação e Comunicação;

1.5. De que não deve publicar ou divulgar, por quaisquer meio, segredos ou informações sigilosas que forem acessadas, obtidas ou geradas em decorrência do exercício do cargo ou dos serviços contratados, sem permissão prévia e por escrito do TRE-AP, sendo obrigado a ressarcir as perdas e danos experimentados pelo TRE-AP, sem prejuízo das penalidades administrativas, civis e criminais previstas em lei. Esse compromisso permanecerá inclusive após o término ou rescisão do vínculo;

1.6. De que quaisquer violações à Política de Segurança, Normas e procedimentos correlatos são passíveis de penalidades administrativas, sem prejuízo de ações legais cabíveis.

2. Este Termo tem natureza irrevogável e irretratável, vigorando a partir da data de sua assinatura.

E por estar de acordo com o inteiro teor deste Termo, o assina nesta data, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

\_\_\_\_\_, [DIA] de [MÊS] de [ANO].

ASSINATURA DO XX



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO VALENTIM MAIA**, **Diretor(a)-Geral**, em 24/08/2024, às 16:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **RENATO SILVA BENATHAR**, **Usuário Externo**, em 29/08/2024, às 10:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [http://sei.tre-ap.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.tre-ap.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0874660** e o código CRC **3BA48F80**.



ESTADO DO PARANÁ  
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ  
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS



Protocolo n.º 22.517.542-0

Dispensa de Licitação n.º 90.036/2024

Página 1 de 12

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTÍNUO**

CONTRATO N.º 134/2025

**CONTRATANTE:** JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ, com sede na Rua Ébano Pereira, 309, Centro – Curitiba/PR – CEP: 80410-240, inscrito no CNPJ sob o n.º 77.968.170/0001-99, neste ato representado pelo seu Presidente em exercício, o senhor Sebastião Mota, conforme portaria n.º 190/2024, inscrito no CPF sob o n.º 073.998.129-34, portador da carteira de identidade n.º 599.291-5/PR.

**CONTRATADO(A):** OTMA - ENERGIA ELETRICA LTDA, inscrito no CNPJ sob o n.º 40.839.304/0001-61, com sede na Rua Amaro de Santa Rita, n.º 167 – Fanny – Curitiba/PR – CEP: 82015-029, neste ato representado por Dário Alberto Pires Castro, inscrito no CPF sob o n.º 530.068.529-15, portador da CNH n.º 006.505.093-32, expedido por DETRAN-PR, residente e domiciliado na Rua Otaviano de Almeida Rosa, n.º 349, Casa 02, Cond. Vivendas – Xaxim – CEP: 81810-360, e-mail dario@otma.eng.br e telefone (41) 3114-2992.

O presente Contrato será regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022; pelo Aviso de Dispensa Eletrônica n.º 90.036/2024 (protocolo n.º 22.517.542-0) procedimento licitatório que originou o presente instrumento, com todos os seus anexos, pela proposta do licitante vencedor e pelas cláusulas e condições seguintes:

**1 OBJETO:**

Prestação de serviços de limpeza e manutenção de placas fotovoltaicas, conforme descrito no Termo de Referência.

**LOTE ÚNICO**

Item	Descrição	Quant.	Valor unitário	Valor total
1	Prestação de serviço de limpeza das placas solares, Demais informações de acordo com Termo de Referência e/ou Descritivo Técnico do Processo, UNID. DE MEDIDA: Unitário;	2	R\$ 1.350,00	R\$ 2.700,00
2	Prestação de serviço de manutenção preventiva do sistema fotovoltaico, Demais informações de acordo com Termo de Referência e/ou Descritivo Técnico do Processo, UNID. DE MEDIDA: Unitário.	1	R\$ 1.350,00	R\$ 1.350,00
<b>VALOR TOTAL</b>				<b>R\$ 4.050,00</b>

**2 FUNDAMENTO:**

Este contrato decorre da Dispensa Eletrônica n.º 90.036/2024, objeto do processo administrativo n.º 22.517.542-0, com homologação publicada no sítio eletrônico oficial e no Diário Oficial do Estado n.º 11813, de 15/01/2025, pág. 18 e conforme ato de autorização na fl. 565 deste protocolo.

Assinatura Avançada realizada por: **Deolindo de Campos Rodrigues (XXX.993.519-XX)** em 15/01/2025 14:03. Inserido ao protocolo **22.517.542-0** por: **Kamila Santinelli Felipe Godoy** em: 15/01/2025 13:24. Demais assinaturas na folha 578a. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **3d95391095fae3480b520371d9dc33ee**.



**ESTADO DO PARANÁ  
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ  
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**



Protocolo nº 22.517.542-0

Dispensa de Licitação nº 90.036/2024

Página 2 de 12

### **3 PREÇO E VALOR DO CONTRATO:**

**3.1** O Contratante pagará ao Contratado os preços unitários previstos em sua proposta, que é parte integrante deste contrato.

**3.2** O valor total do contrato é de R\$ 4.050,00 (quatro mil e cinquenta reais).

**3.3** No preço pactuado estão incluídas todas as despesas necessárias à execução do objeto do contrato, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação, além dos materiais inerentes à prestação dos serviços contratados.

### **4 REAJUSTE**

**4.1** A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, conforme disposto na Lei Federal nº 10.192/2001, utilizando-se do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC.

**4.1.1** O reajuste deverá ser solicitado pelo Contratado mediante requerimento protocolado até trinta dias antes do fim de cada período de doze meses.

**4.1.2** A assinatura do aditivo ao contrato mantendo as demais cláusulas em vigor, sem ressalva em relação ao reajustamento de preços, importará renúncia quanto às parcelas reajustáveis anteriores ao aditivo.

**4.2** O reajuste será concedido mediante apostilamento, conforme dispõe o § 6.º do art. 170 do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

**4.3** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.

**4.3.1** Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

**4.3.1.1** A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

### **5 DA RESPONSABILIDADE DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:**

**5.1** A responsabilidade pela gestão deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme item 5.3 deste Contrato, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas no art. 10 do Decreto nº 10.086, de 2022.

**5.2** A responsabilidade pela fiscalização deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme o item 5.3 deste Aviso de Dispensa Eletrônica, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas nos arts. 11 e 12 do Decreto nº 10.086, de 2022.

**5.3** Os responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato serão designados por ato administrativo próprio do Contratante.

**5.4** A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas pelo Contratante, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos serviços prestados, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.

### **6 EXECUÇÃO E CONTROLE DOS SERVIÇOS:**

**6.1** A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Unitário.

**6.2** O serviço terá início em 10 (dez) dias corridos, a contar da data de assinatura do contrato.

**6.3** Os serviços serão prestados na sede da Junta Comercial do Paraná, localizada na Rua Ébano Pereira, nº 309, Centro, Curitiba/PR, CEP 80.410-240, conforme o Anexo VII, na forma,



**ESTADO DO PARANÁ  
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ  
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**



Protocolo nº 22.517.542-0

Dispensa de Licitação nº 90.036/2024

Página 3 de 12

nos prazos e de acordo com as especificações técnicas contidas no Termo de Referência, que integra o presente contrato para todos os fins.

**6.4** Os serviços devem ser recebidos provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico; no prazo de 03 (três) dias úteis.

**6.5** Nos termos do art. 359 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, poderá ser dispensado o recebimento provisório nos serviços até o valor previsto no inciso II do art. 75, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, desde que não se componham de aparelhos, equipamentos e instalações sujeitos à verificação de funcionamento e produtividade.

**6.6** Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

**6.6.1** Na hipótese da verificação a que se refere o item anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

**6.7** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do fornecimento do objeto ou do serviço, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

**6.8** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando estiverem em desacordo com as especificações constantes do termo de referência, da proposta ou do contrato, podendo ser fixado pelo fiscal do contrato, avaliado o caso concreto, um prazo para a substituição do bem, ou o refazimento do serviço, à custas do contratado, e sem prejuízo da aplicação das penalidades.

## **7 FONTE DE RECURSOS:**

### **7.1 A despesa correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:**

**Gestão/Unidade:** 3331 – Junta Comercial do Paraná;

**Fonte de Recursos:** 1.501.000.250 – Recursos Próprios – Diretamente Arrecadados;

**Programa de Trabalho:** 3331. F3331.23.125.20.8047 – Gestão do Registro Público de Empresas do Estado do Paraná;

**Elemento de Despesa:** 3390.3916 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis.

## **8 VIGÊNCIA:**

**8.1** O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes com base nos artigos 106 e 107 da Lei 14.133, de 2021.

## **9 PAGAMENTO:**

**9.1** O pagamento de cada fatura deverá ser realizado em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento da contratada em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos, e da verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.



**ESTADO DO PARANÁ  
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ  
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**



Protocolo nº 22.517.542-0

Dispensa de Licitação nº 90.036/2024

Página 4 de 12

**9.2** Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, na prestação de serviços ou no cumprimento de obrigações contratuais.

**9.2.1** Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta corrente junto à instituição financeira Contratada pelo Estado, conforme o disposto no Decreto Estadual n.º 4.505/2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

**9.3** O prazo estabelecido no item 9.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 12.4.1 das Condições Gerais do Aviso de Dispensa Eletrônica.

**9.3.1.** Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

**9.4** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX)$$

$$I = \frac{(6/100)}{36}$$

$$I = 0,00016438$$

$$TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%.$$

**9.5** O pagamento a ser efetuado ao Contratado, quando couber, estará sujeito às retenções na fonte de tributos, inclusive contribuições sociais, de acordo com os respectivos normativos.

**9.6** Os pagamentos devidos ao Contratado restringem-se aos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

## **10 OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE**

**10.1** São obrigações do Contratado:

**10.1.1** executar os serviços conforme especificações contidas no termo de referência, no Aviso de Dispensa Eletrônica e seus anexos, bem como na sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade lá especificadas;

**10.1.2** reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

**10.1.3** Manter os empregados nos horários predeterminados pela Administração, quando for o caso;

**10.1.4** responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), ficando o Contratante autorizado a descontar da garantia, caso exigida no Aviso de Dispensa Eletrônica, ou dos pagamentos devidos ao Contratado, o valor correspondente aos danos sofridos;





**ESTADO DO PARANÁ  
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ  
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**



Protocolo nº 22.517.542-0

Dispensa de Licitação nº 90.036/2024

Página 5 de 12

**10.1.5** utilizar empregados habilitados e com conhecimento dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

**10.1.6** zelar para que os empregados se apresentem uniformizados e portem crachá de identificação, nos casos de serviços a serem prestados nas dependências da contratante, e utilizem os equipamentos de proteção individual (EPI) necessários à segurança no trabalho, na forma da lei;

**10.1.7** apresentar ao contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço a serem prestados nas dependências do contratante;

**10.1.8** responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao contratante;

**10.1.9** atender as solicitações da contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado o descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito no termo de referência, no Aviso de Dispensa Eletrônica e seus anexos;

**10.1.10** instruir os empregados da observância obrigatória das normas internas da Administração, salvo disposição que especificamente os dispense;

**10.1.11** instruir os empregados sobre as atividades que devem desempenhar e proibi-los de exercer atividades não relacionadas à execução do objeto contratado, devendo prontamente relatar à contratante qualquer ocorrência capaz de caracterizar desvio de função;

**10.1.12** relatar ao Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

**10.1.13** não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

**10.1.14** manter-se, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, e com as condições exigidas para a habilitação na dispensa de licitação;

**10.1.15** manter atualizado os seus dados no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

**10.1.16** guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato;

**10.1.17** arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da dispensa de licitação, exceto quando houver:

**10.1.17.1.** alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

**10.1.17.2** superveniência de fato excepcional ou imprevisível, ou previsível de consequências incalculáveis, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

**10.1.17.3** retardamento na expedição da ordem de execução do serviço, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

**10.1.17.4** aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;

**10.1.17.5.** impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;



**ESTADO DO PARANÁ  
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ  
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**



Protocolo nº 22.517.542-0

Dispensa de Licitação nº 90.036/2024

Página 6 de 12

**10.1.17.6.** omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

**10.2** São obrigações do Contratante:

**10.2.1** receber o objeto no local, prazo e nas condições estabelecidas no termo de referência, no Aviso de Dispensa Eletrônica e seus anexos, bem como na proposta;

**10.2.2** exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado no termo de referência, no Aviso de Dispensa Eletrônica e seus anexos, bem como na proposta;

**10.2.3** verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes do termo de referência, do Aviso de Dispensa Eletrônica e seus anexos, bem como da proposta, para fins de aceitação e, após, para o recebimento definitivo;

**10.2.4** comunicar ao contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

**10.2.5** acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do contratado, por intermédio de comissão ou servidor especialmente designado;

**10.2.6** efetuar o pagamento ao contratado no valor correspondente ao efetivo fornecimento do objeto ou à efetiva execução do serviço ou etapa do serviço, no prazo e forma estabelecidos no termo de referência, no Aviso de Dispensa Eletrônica e seus anexos e no contrato;

**10.2.7** efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecidas pelo contratado, no que couber;

**10.2.8** emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

**10.2.9** ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

**10.2.10** adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

**11 GARANTIA DE EXECUÇÃO:**

**11.1** O adjudicatário, no prazo de 15 (quinze) dias após a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Aviso de Dispensa Eletrônica, conforme disposto no art. 96 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, desde que cumpridas as obrigações contratuais.

**11.1.1** Caso seja exigida garantia de execução contratual e o contratado opte pelo seguro-garantia como modalidade de garantia a ser prestada, o prazo indicado no item 11.1 será de, no mínimo, 01 (um) mês, conforme § 3º do art. 96 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

**11.2** A inobservância do prazo contido no item 11.1 acarretará a aplicação de multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor do contrato, até o limite de 2% (dois por cento), até 30º dia de atraso.

**11.2.1** O atraso superior a 30 (trinta) dias na apresentação de garantia configura inadimplência total e implicará rescisão do contrato.





**ESTADO DO PARANÁ  
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ  
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**



Protocolo nº 22.517.542-0

Dispensa de Licitação nº 90.036/2024

Página 7 de 12

**11.3** Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

**11.3.1** Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

**11.3.2** seguro-garantia;

**11.3.3** fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

**11.3.3.1** A garantia prestada em carta fiança emitida por cooperativa de crédito deverá vir acompanhada da autorização de funcionamento emitida pelo Banco Central do Brasil.

**11.3.3.2** Quando a garantia se processar sob a forma de Seguro-Garantia ou Fiança Bancária, esta não poderá ser prestada de forma proporcional ao período contratual, devendo sua validade coincidir com o prazo de vigência do contrato. Caso ocorra prorrogação do contrato, a garantia apresentada deverá ser prorrogada.

**11.4** A garantia em dinheiro deverá ser depositada em favor do contratante, na Instituição Financeira indicada pela Administração, com correção monetária.

**11.5** No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

**11.5.1** Havendo acréscimo no valor contratual, o contratado deverá proceder o reforço proporcional da garantia. O não atendimento autoriza o contratante a descontar das faturas o valor correspondente

**11.6** Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data em que for notificada.

**11.7** A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

**11.8** A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente. (art.100 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021).

**11.9** Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as mesmas condições e coberturas da apólice vigente e desde que nenhum período fique descoberto.

**12 PENALIDADES:**

**12.1.** O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

**12.2.** A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

a) multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Estadual 10.086/2022;

b) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Estadual 10.086/2022;

c) multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Estadual 10.086/2022;

**12.3.** O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Estadual 10.086/2022.



**ESTADO DO PARANÁ  
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ  
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**



Protocolo n.º 22.517.542-0

Dispensa de Licitação n.º 90.036/2024

Página 8 de 12

**12.4.** A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratado.

**12.4.1.** A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

**12.5.** Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

**12.6** O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086, de 2022. e na Lei n.º 20.656, de 2021.

**12.7** Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 10.086, de 2022.

**12.8** Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente dispensa de licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná.

**12.9** Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

**12.10** As multas previstas neste Aviso de Dispensa Eletrônica poderão ser descontadas do pagamento eventualmente devido pelo contratante decorrente de outros contratos firmados com a Administração Pública estadual.

### **13 CASOS DE EXTINÇÃO:**

**13.1.** A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua extinção, com as consequências previstas em lei, no Decreto Estadual nº 10.086/2022 e neste contrato.

**13.2.** Constituem motivo para extinção do contrato:

**13.2.1.** O não cumprimento de cláusulas, condições, especificações, projetos e prazos;

**13.2.2.** O cumprimento irregular de cláusulas, condições, especificações, projetos e prazos,

**13.2.3.** A lentidão no seu cumprimento, levando o CONTRATANTE a presumir a não conclusão do serviço nos prazos estipulados;

**13.2.4.** O atraso injustificado no início do serviço sem justa causa e sem prévia comunicação ao CONTRATANTE;

**13.2.5.** A paralisação do serviço sem justa causa e sem prévia comunicação ao CONTRATANTE;

**13.2.6.** A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do CONTRATADO com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial do contrato, fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução desse exceto se autorizada pelo CONTRATANTE nos casos permitidos em lei;

**13.2.7.** O não atendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução, assim como as de seus superiores;

**13.2.8.** O cometimento reiterado de faltas na execução do ajuste, anotadas no Relatório de Fiscalização;



**ESTADO DO PARANÁ  
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ  
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**



Protocolo nº 22.517.542-0

Dispensa de Licitação nº 90.036/2024

Página 9 de 12

- 13.2.9.** A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil do CONTRATADO;
- 13.2.10.** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que, a juízo do CONTRATANTE, prejudique a execução do contrato;
- 13.2.11.** A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
- 13.2.12.** Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.
- 13.2.13.** A falta de integralização da garantia nos prazos estipulados;
- 13.2.14.** Razões de interesse público justificadas e determinadas pela autoridade máxima do órgão ou entidade;
- 13.2.15.** A supressão, por parte do CONTRATANTE, de serviços, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido legalmente;
- 13.2.16.** A suspensão de sua execução, por ordem escrita do CONTRATANTE, por prazo superior a 3 (três) meses, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas, até que seja normalizada a situação;
- 13.2.17.** O atraso superior a 2 (dois) meses dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE decorrentes de serviços ou fornecimentos ou parcelas destes já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- 13.2.18.** A não liberação, por parte do CONTRATANTE, de área, local ou objeto para execução de serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;
- 13.2.19.** A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada e impeditiva da execução do contrato.
- 13.2.20.** O descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
- 13.2.21.** A superveniência da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública;
- 13.2.22.** O perecimento do objeto contratual, tornando impossível o prosseguimento da execução da avença.
- 13.3** O presente instrumento poderá ser extinto:
- 13.3.1** determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- 13.3.2** consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração; ou
- 13.3.3** determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.
- 13.4** No caso de rescisão consensual, a parte que pretender rescindir o Contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.
- 13.5** Os casos de extinção contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa ao Contratado.



**ESTADO DO PARANÁ  
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ  
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**



Protocolo nº 22.517.542-0

Dispensa de Licitação nº 90.036/2024

Página 10 de 12

**13.6** O Contratado, desde já, reconhece todos os direitos da Administração Pública, em caso de extinção administrativa por inexecução total ou parcial deste contrato.

**14 ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:**

**14.1** Este contrato poderá ser alterado em qualquer das hipóteses previstas nos artigos 124 e 125 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

**14.1.1** Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**14.2** É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação da contratada com outra pessoa jurídica, desde que:

**14.2.1** sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos no Aviso de Dispensa Eletrônica;

**14.2.2** sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e

**14.2.3** não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

**14.3** As alterações previstas nesta cláusula serão formalizadas por termo aditivo ao contrato.

**14.4.** Concluída a instrução do requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

**15. DA SUBCONTRATAÇÃO**

**15.1** Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

**16. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

**16.1** O Contratante e o Contratado, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

**16.2** O tratamento de dados pessoais indispensáveis à prestação dos serviços por parte do contratado, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do contratante, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;

**16.3** Os dados tratados pelo contratado somente poderão ser utilizados na prestação dos serviços especificada neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo contratante;

**16.4** Os registros de tratamento de dados pessoais que o contratado realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;

**16.5** o Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;

**16.6** o Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do contratante, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.

**16.7** O eventual acesso, pelo contratado, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o contratado e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.



**ESTADO DO PARANÁ  
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ  
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**



Protocolo nº 22.517.542-0

Dispensa de Licitação nº 90.036/2024

Página 11 de 12

**16.8** O encarregado do contratado manterá contato formal com o encarregado do contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

**16.9** A critério do controlador e do encarregado de Dados do contratante, o contratado poderá ser provocado a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

**16.10** o Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

**16.11** Os representantes legais do contratado, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Estado para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.

**16.12** As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do contratado, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas na forma do § 1º do art. 10 do Decreto Estadual n.º 6.474, de 2020.

**16.13** As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas na forma dos artigos 11, 12 e 13 do Decreto Estadual n.º 6.474, de 2020.

**16.14** O contratante poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;

**16.15** Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa subcontratada dependerá de autorização prévia do contratante, hipótese em que o subcontratado ficará sujeito aos mesmos limites impostos ao contratado.

**16.16** Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o contratado providenciará o descarte ou devolução, para o contratante, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.

**16.17** As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do contratante à Controladoria-Geral do Estado, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Estado em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

**17. DISPOSIÇÕES GERAIS:**

**17.1** Integram o presente contrato, para todos os fins: o Aviso de Dispensa Eletrônica e seus anexos e a proposta apresentada pelo Contratado durante a dispensa de licitação.

**17.2** Este contrato é regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 2022 e demais leis estaduais e federais sobre contratos administrativos, aplicando-se referida legislação aos casos omissos no presente contrato.

**17.3** O Contratante enviará o resumo deste contrato à publicação no Diário Oficial do Estado do Paraná e no sítio eletrônico oficial, sem prejuízo de disponibilização da íntegra do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sistema GMS.

**17.4** As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro Central da





ESTADO DO PARANÁ  
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ  
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS



Protocolo nº 22.517.542-0

Dispensa de Licitação nº 90.036/2024

Página 12 de 12

Comarca da Região Metropolitana de Curitiba – PR, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Curitiba, 15 de janeiro de 2025

DARIO ALBERTO  
PIRES  
CASTRO:530068529  
15

Assinado de forma digital  
por DARIO ALBERTO PIRES  
CASTRO:53006852915  
Dados: 2025.01.15  
12:32:11 -03'00'

**Sebastião Mota**  
Presidente em exercício  
Junta Comercial do Paraná

**Dário Alberto Pires Castro**  
Representante legal  
OTMA - Energia Elétrica Ltda

Testemunhas:

Wesley Favaro Ferreira  
CPF: 098.185.139-83

Deolindo de Campos Rodrigues  
CPF: 582.993.519-87

Documento: **Contrato134.2025.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Deolindo de Campos Rodrigues (XXX.993.519-XX)** em 15/01/2025 14:03 Local: JUCEPAR/CAD, **Sebastiao Mota (XXX.998.129-XX)** em 15/01/2025 14:49 Local: JUCEPAR/GBV, **Wesley Favaro Ferreira (XXX.185.139-XX)** em 15/01/2025 14:59 Local: JUCEPAR/CAD.

Inserido ao protocolo **22.517.542-0** por: **Kamila Santinelli Felipe Godoy** em: 15/01/2025 13:24.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:  
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:  
**3d95391095fae3480b520371d9dc33ee**.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ**  
**SAOF/COAAD/SEAPT**

Nome Fantasia:	GRUPO IMPACTO		
Razão Social	DOUTOR AJEITA LTDA		
CNPJ:	27.786.159/0001-30		
Endereço:	R EPITACIO PESSOA, 2190, AP 203, LOURIVAL PARENTE, 64.023-400, TERESINA PI		
Telefone:	86 8811-7826	E-mail	atendimento@doutorajeita.com.br
Dados Bancários:	Agência: 0001 Conta: 1373956-2 Instituição: 403 - Cora SCD		
Validade da Proposta:	30 Dias		

ITEM 1 - MANUTENÇÃO PREVENTIVA						
Subitem	Local	Descrição	Und	Qtde.	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
1.1	Fórum Eleitoral de Teresina/PI	Manutenção preventiva em sistema de geração fotovoltaico de <b>304,11 kWp</b> ; com fornecimento de insumos, mão de obra especializada, deslocamento, alimentação e demais despesas.	Und	2,00	R\$ 11.184,00	R\$ 22.368,00
1.2	Arquivo Central do TRE-PI (Teresina/PI)	Manutenção preventiva em sistema de geração fotovoltaico de <b>45,78 kWp</b> ; com fornecimento de insumos, mão de obra especializada, deslocamento, alimentação e demais despesas.	Und	2,00	R\$ 1.862,00	R\$ 3.724,00
1.3	10ª, 28ª e 62ª Zonas Eleitorais (Picos/PI)	Manutenção preventiva em sistema de geração fotovoltaico de <b>117,72 kWp</b> ; com fornecimento de insumos, mão de obra especializada, deslocamento, alimentação e demais despesas.	Und	2,00	R\$ 7.415,00	R\$ 14.830,00
1.4	5ª e 94ª Zonas Eleitorais (Oeiras/PI)	Manutenção preventiva em sistema de geração fotovoltaico de <b>69,76 kWp</b> ; com fornecimento de insumos, mão de obra especializada, deslocamento, alimentação e demais despesas.	Und	2,00	R\$ 5.045,00	R\$ 10.090,00
1.5	21ª Zona Eleitoral (Piracuruca/PI)	Manutenção preventiva em sistema de geração fotovoltaico de <b>17,44 kWp</b> ; com fornecimento de insumos, mão de obra especializada, deslocamento, alimentação e demais despesas.	Und	2,00	R\$ 2.295,00	R\$ 4.590,00
1.6	11ª Zona Eleitoral (Piripiri/PI)	Manutenção preventiva em sistema de geração fotovoltaico de <b>42,51 kWp</b> ; com fornecimento de insumos, mão de obra especializada, deslocamento, alimentação e demais despesas.	Und	2,00	R\$ 3.225,00	R\$ 6.450,00
1.7	9ª e 61ª Zonas Eleitorais (Floriano/PI)	Manutenção preventiva em sistema de geração fotovoltaico de <b>34,88 kWp</b> ; com fornecimento de insumos, mão de obra especializada, deslocamento, alimentação e demais despesas.	Und	2,00	R\$ 3.280,00	R\$ 6.560,00
1.8	52ª Zona Eleitoral (Água Branca/PI)	Manutenção preventiva em sistema de geração fotovoltaico de <b>43,60 kWp</b> ; com fornecimento de insumos, mão de obra especializada, deslocamento, alimentação e demais despesas.	Und	2,00	R\$ 2.945,00	R\$ 5.890,00
1.9	38ª Zona Eleitoral (Paulistana-PI)	Manutenção preventiva em sistema de geração fotovoltaico de <b>39,24 kWp</b> ; com fornecimento de insumos, mão de obra especializada, deslocamento, alimentação e demais despesas.	Und	2,00	R\$ 4.585,00	R\$ 9.170,00
1.10	15ª Zona Eleitoral (Bom Jesus/PI)	Manutenção preventiva em sistema de geração fotovoltaico de <b>39,24 kWp</b> ; com fornecimento de insumos, mão de obra especializada, deslocamento, alimentação e demais despesas.	Und	2,00	R\$ 5.270,00	R\$ 10.540,00
1.11	3ª e 4ª Zonas Eleitorais (Parnaíba/PI)	Manutenção preventiva em sistema de geração fotovoltaico de <b>34,88 kWp</b> ; com fornecimento de insumos, mão de obra especializada, deslocamento, alimentação e demais despesas.	Und	2,00	R\$ 3.740,00	R\$ 7.480,00
1.12	45ª Zona Eleitoral (Batalha/PI)	Manutenção preventiva em sistema de geração fotovoltaico de <b>25,07 kWp</b> ; com fornecimento de insumos, mão de obra especializada, deslocamento, alimentação e demais despesas.	Und	2,00	R\$ 2.430,00	R\$ 4.860,00





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ**  
**SAOF/COAAD/SEAPT**

1.13	<b>12ª Zona Eleitoral (Pedro II/PI)</b>	Manutenção preventiva em sistema de geração fotovoltaico de <b>21,80 kWp</b> ; com fornecimento de insumos, mão de obra especializada, deslocamento, alimentação e demais despesas.	Und	2,00	R\$ 2.480,00	R\$ 4.960,00
1.14	<b>34ª Zona Eleitoral (Castelo do Piauí/PI)</b>	Manutenção preventiva em sistema de geração fotovoltaico de <b>34,88 kWp</b> ; com fornecimento de insumos, mão de obra especializada, deslocamento, alimentação e demais despesas.	Und	2,00	R\$ 2.995,00	R\$ 5.990,00
1.15	<b>7ª e 96ª Zonas Eleitorais (Campo Maior/PI)</b>	Manutenção preventiva em sistema de geração fotovoltaico de <b>53,9 kWp</b> ; com fornecimento de insumos, mão de obra especializada, deslocamento, alimentação e demais despesas.	Und	2,00	R\$ 3.320,00	R\$ 6.640,00
<b>SUBTOTAL ANUAL</b>						<b>R\$ 124.142,00</b>

ITEM 2 - MANUTENÇÃO CORRETIVA					
Subitem	Descrição	Und	Qtde.	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
2.1	Estimativa de Manutenções Corretivas, Diagnóstico, Mobilização e Desmobilização para unidades em Teresina/PI	Und	2,00	R\$ 4.000,00	R\$ 8.000,00
2.2	Estimativa de Manutenções Corretivas, Diagnostico, Mobilização e Desmobilização para locais até 250km distante de Teresina/PI	Und	8,00	R\$ 4.500,00	R\$ 36.000,00
2.3	Estimativa de Manutenções Corretivas, Diagnostico, Mobilização e Desmobilização para locais de 251km a 500km distante de Teresina/PI	Und	4,00	R\$ 5.500,00	R\$ 22.000,00
2.4	Estimativa de Manutenções Corretivas, Diagnostico, Mobilização e Desmobilização para locais acima de 501km distante de Teresina/PI	Und	1,00	R\$ 6.800,00	R\$ 6.800,00
2.5	Estimativa anual de reposição de peças e materiais, SE NECESSÁRIO, para manutenção corretiva dos sistemas de geração fotovoltaicos das Unidades Judiciárias do TRE-PI (CUSTO FIXO)	Und	1,00	50.000,00	50.000,00
SUBTOTAL ANUAL					R\$ 122.800,00

<b>CUSTO ANUAL TOTAL (ITEM 1 + ITEM 2)</b>	<b>R\$ 246.942,00</b>
--	-----------------------

<b>CUSTO QUINQUENAL TOTAL</b>	<b>R\$ 1.234.710,00</b>
-------------------------------	-------------------------

(\*) O valor do ITEM 2.5, constante da tabela acima, representa um valor "fixo" anual de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) que deverá compor o valor da proposta de todos os licitantes.

Declaramos que estão inclusos nos preços ofertados todas as despesas relativas a impostos, taxas, frete e demais encargos manutenção, remuneração, encargos sociais incidentes sobre os serviços, além das despesas com o fornecimento de transporte, alimentação, uniforme e treinamento dos profissionais envolvidos na execução do serviço e todos os demais custos diretos e indiretos pertinentes ao escopo desta contratação.

O valor GLOBAL de nossa proposta é de R\$ 246.942,00 ( DUZENTOS E QUARENTA E SEIS MIL NOVECENTOS E QUARENTA E DOIS REAIS) anuais

Teresina - PI, 25 de Fevereiro de 2025

DOUTOR AJEITA LTDA, 27.786.159/0001-30, Fernando dos Santos costa CPF: 03599394300

